



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXX — Nº 74

SEXTA-FEIRA, 8 DE AGOSTO DE 1975

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 96ª SESSÃO CONJUNTA, EM 7 DE AGOSTO DE 1975

Sessão solene comemorativa do centenário de nascimento do Presidente Arthur da Silva Bernardes

2 — ATA DA 97ª SESSÃO CONJUNTA, EM 7 DE AGOSTO DE 1975

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

SENADOR LUIZ VIANA — Artigo de Josué Montello, publicado no *Jornal do Brasil*, referente ao falecimento do Dr. Nuno Simões, antigo Ministro da República portuguesa.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Expediente firmado por industriais do ramo de bebidas do Município de Nova Friburgo—RJ, dirigido ao Ministro da Agricultura e ao Governador do Estado, pleiteando a reformulação da Lei nº 5.823, de 14-11-72, regulamentada pelo Decreto-lei nº 73.267, de 6-12-73.

DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO — Quadro econômico e social paranaense após os efeitos da geada.

DEPUTADO EDGAR MARTINS — Competição de Fórmula-VÊ em Brasília.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS — Editorial do jornalista Batista Custódio, intitulado *Matando um morto*, publicado no jornal “*Cinco de Março*”.

DEPUTADO AUGUSTO TREIN — 118º aniversário da emancipação política e administrativa de Passo Fundo — RS.

DEPUTADO ANTUNES DE OLIVEIRA — Necessidade do prosseguimento do projeto da cidade-pesquisa de Humboldt, incluída no Projeto Aripuanã.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, dia 8, às onze horas, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 2, de 1975-CN, que extingue as contribuições sobre benefícios da Previdência Social e a suspensão da aposentadoria por motivo de retorno à atividade, e dá outras providências. **Rejeitadas** as partes vetadas, ficando mantido o veto, após usarem da palavra os Srs. Humberto Lucena, Franco Montoro, Prisco Viana, Cantídio Sampaio e Figueiredo Corrêa.

2.4 — ENCERRAMENTO

ATA DA 96ª SESSÃO CONJUNTA, EM 7 DE AGOSTO DE 1975

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 7ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO

Às 15 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jêssé Freire — Domicio Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Marco Freire — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah —

Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quércia — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Italívio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Tarso Dutra.

OS SRS. DEPUTADOS

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Diretor da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Diretor da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**Seção II**

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS**Via Superfície:**

Semestre Cr\$ 100,00

Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Moraes — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Ney Lopes — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Humber-

to Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Petrônio Figueiredo — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA; Otacílio Queiroz — MDB.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Monsenhor Ferreira Lima — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murillo — MDB; Thales Ramalho — MDB; Carlos Alberto de Oliveira — ARENA.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Vieira Lima — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Duso Coimbra — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanuel Waissmann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Sally — ARENA; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Lysianeas Maciel — MDB; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonsêca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira da Gama — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcisio Delgado — MDB.

São Paulo

A.H. Cunha Bueno — ARENA; Adalberto Camargo — MDB; Airtón Sandoval — MDB; Airtón Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blotta Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Marcelo Gato — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Códó — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturulli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santilo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; José de Assis —

ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldino Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Belinati — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ari Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Aroldo de Carvalho — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nadyr Rossetti — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Roraima

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o transcurso do centenário de nascimento do Presidente Arthur da Silva Bernardes.

Convido a tomar assento à Mesa os Ex^{as} Srs. Dr. Armando Falcão, Ministro da Justiça; Dr. Elmo Serejo de Farias, Governador do Distrito Federal, e, como representante da família do Presidente

Arthur Bernardes, nosso homenageado de hoje, Senador Arthur Bernardes Filho. (Pausa.)

O Sr. Ministro Armando Falcão, o Sr. Governador Elmo Serejo de Farias e o Sr. Arthur Bernardes Filho tomam assento à Mesa. (Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Exmº Sr. Deputado Célio Borja, Presidente da Câmara dos Deputados, Exmº Sr. Dr. Armando Falcão, Ministro da Justiça, Exmº Sr. Dr. Elmo Serejo, Governador do Distrito Federal, Exmº Sr. Senador Arthur Bernardes Filho, demais membros da Mesa, Srs. Congressistas, autoridades presentes:

O Congresso Nacional reúne-se, hoje, em Sessão Solene, para comemorar o Centenário de Nascimento do insigne brasileiro Presidente Arthur da Silva Bernardes.

A Presidência, por si, e em nome da Mesa, associa-se às justas homenagens.

O Presidente Bernardes foi, no curso de sua vida, padrão de homem público na mais exata acepção.

Dele podemos dizer ter sido um lutador incansável, forrado de sólidas convicções.

Iniciou-se jovem, como Vereador na Câmara Municipal de Vicososa, nela exercendo a presidência e, a partir de então, jamais abandonou a vida pública, alcançando, através de lutas e afirmações, a suprema Magistratura da Nação, e, mesmo após esta, continuou na lida, tanto que se elegeu Deputado Federal em 1945, sendo um dos mais destacados constituintes.

Esses dados que relaciono, e que certamente serão desdobrados e aprofundados pelos oradores, citei-os só para registrar a linha fundamental da personalidade do Presidente Arthur Bernardes, a de incansável batalhador, visto que presidiu, até a data de sua morte, com oitenta anos, o Partido Republicano.

Conseqüentemente, as homenagens que hoje lhe prestamos não são gratuitas. O eminente mineiro as merece em toda linha, seja por seu alto espírito, seja por sua expressiva força moral.

Distinguiu-se, ainda, pelo civismo e acendrado patriotismo, assim como por suas virtudes humanas. Dedicou-se de forma ininterrupta à vida política, em busca sempre de um Brasil melhor e mais independente e soberano.

O nome do Presidente Arthur da Silva Bernardes poderá ser, sem favor, legítimo símbolo do movimento nacionalista brasileiro.

A Presidência agradece a presença, nesta Sessão Solene, das ilustres autoridades convidadas, ou de seus representantes.

Ao formular este agradecimento, permito-me registrar, nominalmente, a presença de nosso eminente colega, Senador Arthur Bernardes Filho, que, ao longo de sua vida pública, procurou mirar-se nos exemplos de seu ilustre pai. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Nogueira de Rezende.

O SR. NOGUEIRA DE REZENDE (ARENA—MG) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Magalhães Pinto, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Célio Borja, Sr. Ministro da Justiça, Dr. Armando Falcão, representante do Sr. Presidente da República, Sr. Senador Arthur Bernardes Filho, Sr. Governador do Distrito Federal, Dr. Elmo Serejo Farias, autoridades civis e militares, Srs. Congressistas, minhas Senhoras, meus Senhores, quem se der ao trabalho de examinar a vida pública de Arthur da Silva Bernardes, quando ainda muitos de seus opositores estão vivos, terá que repetir o apelo de Maquiavelli em sua tertúlia com Francesco Vettore:

“Peço-vos que ouçais com paciência as minhas razões, tanto as que me fazem duvidar que estejais certo, como as que me fazem ter a certeza de que estejais errado”...

Quando em 15 de novembro de 1922, Epitácio Pessoa transmitiu a Arthur Bernardes a faixa presidencial, lamentou que ele não se agüentaria 24 horas no poder. Ameaçado pela revolta Armada,

devido ao convite de civis para as pastas militares, Epitácio os desafiou a perturbarem a ordem contra o uso incontestável do seu direito de nomear.

No dia seguinte, o **Diário Oficial** publicava a nomeação dos dois civis, Pandiá Calógeras, para a Pasta da Guerra, e Raul Soares, para a Pasta da Marinha. Apaziguados os ânimos, surgiu a Questão Militar, envolvendo o Marechal Hermes da Fonseca. A sucessão dos Estados do Norte, especialmente a Bahia, num clima de rebelião, levou o Governo Epitácio Pessoa a decretar a intervenção federal. Não menos violenta foi a situação em Pernambuco. A sucessão presidencial da República complicou ainda mais o agitado triênio do grande Epitácio. O episódio das cartas falsas, cuja falsidade foi posteriormente confessada pelo seu autor, que atribuía a Bernardes injúrias jamais feitas por ele às Forças Armadas, transformara-se numa grande arma política, na tentativa de impedir o reconhecimento e a posse de Arthur Bernardes na suprema magistratura do País. O Clube Militar, onde pontificavam adversários de Bernardes, tornou-se o centro da agitação. Reagiu o Governo, fechando o Clube e prendendo seu Presidente, o Marechal Hermes da Fonseca. Em seguida, a revolta dos 18 do Forte. Segue-se ainda a tentativa de sedição por parte de elementos da Aviação Naval. Desafiado por essa situação, Epitácio pediu ao Congresso Nacional o Estado de Sítio, que vigoraria até 31 de dezembro. E depois resolveu intervir no problema do reconhecimento pelo Congresso Nacional da eleição de Arthur Bernardes.

Aos líderes políticos mais entusiasmados pela candidatura Bernardes, Epitácio afirmava:

“...A situação é grave. Acabamos de sufocar uma insurreição em seu começo. Apesar de nosso triunfo, a agitação continua. Continuam a conspirar. Mas consegui organizar a guarnição com elementos de confiança, de modo que é possível, com grandes cuidados, levar as coisas até 15 de novembro. Infelizmente é certo: o Arthur Bernardes não se agüentará 24 horas no Catete. Teremos, pois, a revolução, a anarquia e o mais que se pode prever. A desistência do Bernardes seria a solução...”

A proposta era para que Bernardes fosse reconhecido pelo Congresso, renunciasse depois, abrindo campo a nova eleição Presidencial.

A resposta de Arthur Bernardes veio dar relevo à sua grande personalidade. Disse ele em carta a Raul Soares, feito intermediário das mensagens:

“... Mais que ninguém você sabe que não ambiciono postos de Governo, cujas glórias efêmeras só podem seduzir aos que não lhe conhecem as agruras e dificuldades, máxime nesta hora de deliquescência moral, de anarquia mental, de dissolução política, de gravidade da situação financeira e econômica, e de contínuas ameaças à ordem pública e à estabilidade do regime. Se, portanto, eu pudesse ouvir apenas as aspirações do meu comodismo e de minha segurança, claro está que me apressaria em abraçar com prazer o alvitre suscitado na reunião do Palácio. A hora excepcional que estamos vivendo não comporta, porém, aspirações egoístas e deliberações de ordem pessoal; impõe, ao contrário, o sacrifício das pessoas em prol dos interesses viscerais que se acham empenhados na contenda. E o sacrifício pessoal, no caso, não consiste, evidentemente, em uma renúncia diante do perigo, mas em uma serena resistência patriótica, na qual as pessoas correm grandes riscos, mas, ainda quando sacrificadas, não se subvertem princípios da nossa existência política.

Eleito como fui, por inequívoca e incontestável maioria do eleitorado brasileiro; no mais disputado e livre dos pleitos presidenciais, posso eu, — sem traição ao mandato de tamanha significação — consentir que se anule o pronunciamento da Nação? Posso eu fazê-lo, quando o único argumento para

tal passo é que a ilegalidade e a anarquia entenderam de vetar a vontade nacional? Se o sentimento que eu tenho das responsabilidades não se obscurece e não é errada a certeza que alimento sobre as tremendas e irreparáveis consequências de semelhante fraqueza, a resposta negativa se impõe ao nosso patriotismo. Renunciar o presidente eleito, por ato espontaneamente seu, em bem de interesses superiores, sem imposição e sem condições, é coisa compreensível, que pertence ao foro íntimo do interessado, ao sentimento pessoal de seu dever para com a Nação e às correntes políticas que o tenham apoiado e continuem lealmente ao seu lado. Mas negociar o reconhecimento pelo Congresso, mediante o compromisso de uma renúncia ulterior, e isto sob pressão revolucionária, seria ato que toda a Nação profligaria como um arranjo político, em que se afogavam as liberdades públicas e se subtrai o mandato presidencial das mãos do povo para as dos promotores da desordem.

Não tomo sobre mim o encargo de aprovar o alvitre sugerido em tal sentido e prefiro o não reconhecimento, puro e simples como uma deliberação do mundo político, a uma renúncia aconchavada nos termos propostos.

... Se a ordem periga, se elementos militares e políticos contra ela conspiram, conforme foi dito na última reunião, melhor seria que isso fosse dito à Nação, ao seu eleitorado e ao seu povo, para que se precavenham e se preparem para defesa do regime contra as revoluções.

Não faltarão aqui, nem nos demais Estados, assim como no Distrito Federal, legiões de brasileiros prontos a sacrificar-se pela ordem constitucional e pela das forças armadas que se conservam fiéis aos seus deveres constitucionais. Floriano assim venceu.

De minha parte e do Estado que governo, não faltará ao Governo da República o apoio político, ainda quando para isso tivéssemos que arrastar a impopularidade, como por vezes sucedeu.

... Diz-me você, finalmente, que o Dr. Epitácio assegurou que tem tomado as providências para a posse do Presidente eleito, e que a 15 de novembro lhe assegurará, mas não acredita que ele se mantenha 24 horas. Alenta-me a esperança de que o futuro governo não desmereça do atual, no firme propósito de cumprir com o mais elementar de seus deveres. Se, como foi dito, toda resistência for baldada, e o governo deposto, não vejo em que a deposição, com luta, seja mais nociva aos créditos do País, do que uma renúncia agora, ante a ameaça e o terror daquela.

... Não posso ainda crer que as forças armadas da Nação se sobreponham à vontade desta e confio que no seio delas haja em maioria elementos de ordem, em que o senso dos nobres deveres fale mais altos que quaisquer antipatias pessoais.

Se, por desgraça, se desmentir essa esperança patriótica fique cada qual com a sua responsabilidade no que vier acontecer ao País. Não confundamos transação no seio dos Partidos, que sei da essência da vida política, e estou longe de desaconselhar, com a capitulação diante da projetada desordem, como seria insofismavelmente, o caso do nosso recuo. Acrescento, porém, como já o disse ao Senador Azeredo, que pessoalmente nada tenho a ver com as resoluções do Congresso, em sua soberania de deliberar, antes do reconhecimento e a propósito dele. Acatarei as suas deliberações como me cumpre.

Não posso, porém, entrar em combinações que, diminuindo a autoridade do poder executivo e a minha própria dignidade, seriam a negação da estabilidade do regime e dos inalienáveis direitos da Nação. Abraços do Arthur."

Bernardes, no Governo, prorrogou o Estado de Sítio até 30 de abril de 1923 e o Congresso Nacional se encarregou de conceder-lhe os períodos seguintes, até que triunfasse a ordem e o respeito à autoridade. Ele saiu vitorioso sobre as desordens. Pacificou o Rio Grande do Sul. Dominou a revolução dos tenentes deflagrada em São Paulo, em 5 de julho de 1924, sob a chefia do General reformado Izidoro Dias Lopes. Dominou, ainda, a revolta chefiada pelo Capitão Luís Carlos Prestes. Resistiu estoicamente a todas as hostilidades e chegou ao fim de seu quadriênio, desmentindo a previsão do Epitácio Pessoa, remando o barco da Presidência em mar tranquilo, empossando seu sucessor no maior clima de respeito à autoridade do Presidente da República.

Acusam-no de ter fechado um jornal por alguns meses mas esquecem-se de que esse periódico se transformara em veículo de curtas falsas para intrigá-lo com as Forças Armadas e agitar a Nação, além de injuriar, caluniar, difamar o Presidente da República em termos de baixo calão. Acusaram-no de governar em Estado de Sítio, mas não podem ignorar os seus críticos que ele, ao assumir o Governo, já encontrara o Estado de Sítio como instrumento constitucional para manter a ordem indispensável à tranquilidade do povo. E não podem ignorar que os Presidentes Floriano Peixoto, Prudente de Moraes, Rodrigues Alves, Marechal Hermes e Epitácio Pessoa também governaram sob Estado de Sítio, quando se defrontaram com agitações semelhantes.

Acusaram-no de ter exilado agitadores e subversivos para a Clevelândia, nos confins da Amazônia. Entretanto, a Fortaleza de Clevelândia, às margens navegáveis do Rio Oiapoque, dentro do Território Nacional, não seria pior exílio do que lhe deram em 4 de dezembro de 1932, quando o mandaram, por um ano e meio, a viver na Europa.

E os membros do Congresso Nacional, em seu Governo, sempre gozaram de todas as imunidades, e tribuna livre, o que não acontecera em períodos presidenciais anteriores, demonstrando assim o respeito de Bernardes às instituições democráticas.

Seu Governo, forte, resultava das contingências que o homem público, dotado de pulso firme, teria de enfrentar.

Ninguém melhor do que o Presidente Epitácio, senhor de todas as informações, poderia definir a crise político-militar em que se debatia o País e que o levaria a duvidar da capacidade de seu sucessor para manter a ordem e consolidar-se no Poder.

Nenhum biógrafo poderia melhor definir a personalidade de Arthur da Silva Bernardes do que descrever as condições desfavoráveis em que assumiu o governo, as dificuldades da economia brasileira, atingidas em cheio pelas consequências do 1º grande conflito mundial, e concluir mostrando a serenidade com que, em 1926, transferiu o Poder a Washington Luís, no mais desejado clima de ordem e de respeito à autoridade constituída.

O início de seu mandato presidencial assinalou-se pelas providências para minorar as consequências do grande conflito mundial.

Entretanto, a crise econômica e as revoluções políticas e sociais dominavam o mundo, a instabilidade do câmbio e a inflação perturbavam a vida de todos os povos. Bernardes conseguira evitar a especulação e a carestia.

Segundo um de seus biógrafos, desde Deputado estadual, no início de sua carreira pública, tinha como maior preocupação a situação financeira do Estado.

Bueno Brandão, Governador de Minas, o chamou para Secretário das Finanças, com o pensamento na frase de Low, economista inglês do século XVIII: "Dai-me boas finanças, que vos darei boa política!"

Bernardes era contrário às emissões de papel moeda. Enquanto o Governo Federal emitia para satisfazer às necessidades do Tesouro, Bernardes, no Governo de Minas Gerais, ativava a arrecadação dos tributos, e já no seu primeiro ano de Governo conseguia um

superavit de 50% — fato até então desconhecido da história administrativa do Estado.

Qual era o fator desse milagre?

Ele próprio se encarregou de explicar na sua mensagem ao Congresso Estadual em 1920:

“A fiscalização das rendas, pela imparcial aplicação das leis e regulamentos fiscais, pelo inflexível castigo dos exatores desidiosos ou infiéis, pela remoção dos fiscais de rendas para outras circunscrições, pela enérgica repressão de fraude nas transmissões de propriedades *inter-vivos e causa mortis*, e por outros atos administrativos...”

Com esta orientação financeira, aliada às grandes obras realizadas na sua administração estadual, Arthur Bernardes projetou-se em todo o País como um grande Chefe de Estado. Foi nessa época que Epitácio Pessoa, Presidente da República, em carta a Washington Luís, Presidente de São Paulo, confessava “formar elevado conceito do Dr. Arthur Bernardes pelo que ouvia dizer de sua administração em Minas...”

O Governo Bernardes destacou-se no setor econômico-financeiro. A conseqüente crise universal provocada pela guerra, levava os Governos anteriores a largas emissões de papel moeda, com reflexos no custo de vida, através da desvalorização da moeda e do aviltamento da taxa cambial.

As providências do Governo Bernardes, apesar dos tropeços opostos pelos revolucionários de São Paulo, sancionaram as finanças do País e ele pôde manter a taxa cambial ao nível inicial e incinerar o excesso de papel moeda, quase liquidando volumosa dívida flutuante que encontrara quando assumiu o Governo.

No setor de obras públicas realizou numerosos projetos: incentivos à produção do algodão e reflorestamento, fundação de patronatos agrícolas. Criou-se o Conselho Superior da Indústria e do Comércio para incentivar essas atividades.

Criada foi a Diretoria-Geral da Propriedade Industrial, para estimular e garantir os inventos industriais.

Em 30 de abril de 1923 criou o Conselho Nacional do Trabalho, para organização do Trabalho e da Previdência Social.

Pode-se dizer que seu Governo foi o berço da legislação trabalhista. Por um decreto garantiu a estabilidade dos ferroviários e por outro instituiu férias a empregados e operários de estabelecimentos comerciais, industriais e bancários.

No Setor dos Transportes construiu 3.000 quilômetros de ferrovias.

No Setor da Justiça, da Educação e Saúde Pública registraram-se numerosos empreendimentos, assinalados pelos seus biógrafos.

Como Senador e Deputado Federal neste Parlamento, Arthur Bernardes deixou marcada a sua atuação por sadio nacionalismo.

A ele já o País ficara a dever a negativa da exploração predatória das jazidas do Itabira, por empresa alienígena, o que tornou possível a implantação da Companhia do Vale do Rio Doce, grande fator de divisas para o País.

Para isso, tiveram ele e a Nação o respaldo dos pareceres favoráveis dos Estados-Maiores do Exército e da Marinha, dos quais deu conhecimento ao País no seu notável discurso proferido neste Parlamento, em 10 de Setembro de 1948.

E nesse discurso ele afirmava categoricamente:

“A esta altura devo dizer o motivo por que me tornei nacionalista. O meu nacionalismo resulta da experiência adquirida no trato de negócios com alguns estrangeiros e da necessidade de defender interesses nacionais quase sempre em perigo, em face de interesses alienígenas. Fraquejar é trair a Pátria.”

Defendeu o monopólio na exploração do petróleo, considerada única solução acertada para o nosso País.

Com ele convivemos durante vinte anos, ouvindo os seus conselhos, preocupado em incutir aos moços dedicados à vida pública o

sentimento do sadio nacionalismo e invulgar patriotismo. Jamais conhecemos alguém mais dedicado às causas do País. Vivía para a Pátria.

Pregando contra a internacionalização da Hileia Amazônica, tentada no exterior a pretexto de valorização da área, Bernardes parecia ter o faro divinatório quando já 20 anos atrás exclamava contra as pretensões alienígenas: “O que eles querem é o petróleo da Amazônia”!

Tivemos a honra de colaborar com o Partido Republicano para que ele continuasse na Câmara Federal na Legislatura de 1951.

Solicitamos licença e posteriormente renunciámos ao mandato porque Bernardes, por bondade, havia transferido a votação de seus municípios para outros candidatos — seus amigos — e era imperioso que ele retornasse à Câmara para continuar na liderança da campanha pelo monopólio estatal do petróleo, vitorioso na Lei nº 2.004, de 1953.

Bernardes, extraordinário no seu patriotismo, tinha ampla visão de todos os problemas nacionais.

Em sua mensagem Presidencial, de 3 de maio de 1925, ao Congresso, Bernardes falava sobre a imperiosa necessidade da mudança da Capital da República:

“Outra medida que a experiência exige é a mudança da Capital da República, em boa hora prevista pela Constituição. Os poderes públicos, para atuação proveitosa ao país, precisam de uma atmosfera de completa liberdade moral, de grande serenidade de espírito e de perfeita tranquilidade de ação, isenta de preocupação locais e de solicitações de classes, que, em seu proveito, podem, mesmo involuntariamente, causar danos ao interesse geral da Nação. Não foi por outro motivo que o senso prático dos fundadores da grande república norte-americana colocou a sede de seu Governo em uma cidade de pequena população, não agitada pela intensidade da vida dos grandes centros comerciais e industriais.

O Rio de Janeiro, cidade populosa e cosmopolita, centro industrial do País e seu grande empório comercial, tem uma vida tumultuosa e agitada, de vantajosa influência na vida econômica do Brasil, mas de preponderância inegável na orientação dos governos, assim por vezes impedidos de atender aos interesses e necessidades mais gerais do nosso vasto território. Urge, pois, realizar a mudança da Capital da União, entregando ao Distrito Federal a ampla autonomia que a Constituição lhe outorga e elevá-lo à categoria de Estado. “É certo que a situação financeira do País não permite ao Governo construir agora a nova Capital, às expensas da União. Parece, no entanto, que não lhe seria difícil, embora solução para o futuro, se por editais publicados dentro e fora do país, capitalistas fossem convidados a apresentar propostas naquele sentido, mediante pagamento em concessões de luz, água, esgotos, viação e terrenos na futura Capital, consoante os termos de um projeto em andamento no Senado.”

É este o extraordinário homem público que hoje o Congresso Nacional reverencia.

O Governo de Minas fez questão de que este centenário de seu nascimento fosse comemorado em todas as escolas públicas do Estado com uma preleção sobre a sua vida pública, o que tem o significado de uma aula de instrução moral e cívica.

E nós, seus contemporâneos, já lhe fazemos justiça quando outros esperavam, passadas as paixões, a justiça de Deus na voz da história.

Bernardes foi um homem sincero, cordial, amável chefe de família, inimigo de canalhas e traidores, homem circunspecto, sóbrio de atitude, austero, de extraordinária sabedoria política, insuperável no seu amor e dedicação à Pátria, gigante na defesa de seus princípios, inabalável na sua fé, sereno nos seus atos e firme em suas atitudes.

Conseguindo manter a ordem no País, a coexistência das liberdades individuais, e assegurando o respeito à autoridade do Presidente da República, revelou-se perante a Nação como um de seus maiores estadistas, legando um exemplo de amor à Pátria e à moralidade dos costumes políticos, que ele considerava necessário aos moços, conforme o conceito de Rousseau, segundo o qual "a primeira de todas as utilidades é a formação moral e cívica dos homens". A ele a Pátria, agradecida, tributa a sua homenagem.

Finalizando, usemos suas próprias palavras na última Mensagem ao Congresso Nacional, em 1926:

"De nós, nada temos a dizer, senão que nos votamos sem reserva ao serviço da República, e, qualquer que seja o juízo dos contemporâneos sobre os atos do cenário político nos dias atormentados que ainda não passaram, temos fé em que, sobre o Presidente deste período, o juízo dos vindouros será que cumpriu patriótica e lealmente o seu dever para com a Nação". (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB—MG) (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Magalhães Pinto, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Célio Borja, Sr. Ministro da Justiça, Dr. Armando Falcão, representando S. Ex.^a, o Sr. Presidente da República, Senador Arthur da Silva Bernardes Filho, Sr. Governador do Distrito Federal, Dr. Elmo Serejo de Farias, autoridades civis e militares, Srs. Congressistas:

Toda avaliação histórica é, simultaneamente, uma avaliação do presente. Quando colocamos em debate um problema ou uma personalidade do passado, fazemo-lo com a ótica específica do presente. É por isto, em última instância, que não há juízos históricos conclusivos: em cada julgamento, o sujeito como que se identifica com o objeto, e o que de fato realiza é uma auto-avaliação. Neste sentido, toda a tradição histórica com que dialogamos é contemporânea.

Introduzir estas considerações, na evocação de Artur Bernardes é imperativo: já sabemos que a história não é um simples exemplo — a história é uma lição. Mas ainda: a sua avaliação é prismática. Como um cristal que faz em torno do seu eixo uma rotação infinita, a interpretação redescobre e redimensiona, também infinitamente, sob o foco do presente, a riqueza do tecido social sobre que incide. Eis por que Bernardes salta da galeria dos construtores da nacionalidade, sob esta lente, e se concretiza singularmente como um contemporâneo nosso, situado numa problemática de cujo desfecho depende o projeto nacional brasileiro para o qual ele investiu significativamente.

Com efeito, este se me afigura o adequado enquadramento de Bernardes na hora presente. Pelo seu próprio testemunho público, trata-se da nossa figura republicana menos apta ao símbolo do morto de sobrecasaca, de que fala Drummond. Pela sua própria vocação histórica, Bernardes recusa necrológios e apologias póstumas: requer mesmo o compromissamento em sua vinculação patriótica e a restauração renovada de seu credo político-social.

É ilustrativo observar como, no decorrer do tempo e das batalhas políticas, têm variado as interpretações de Bernardes, na medida mesmo em que variam as interpretações do Brasil. Os defensores de uma ordem política autoritária apegam-se ao período presidencial do estadista mineiro, erguendo-o em modelar etapa de conservação da ordem. Por seu turno, os adeptos das molduras mais flexíveis se detêm apenas no exercício parlamentar do último Bernardes, onde localizam o núcleo de um nacionalismo lúcido e conseqüente.

Qualquer das duas perspectivas deforma e mutila o itinerário vocacionalmente sociocêntrico do filho de Viçosa. Recusar estas imagens esquemáticas é defender a integridade coerente de um traje-

to político que resume, nas suas contribuições imanentes, a essência de uma etapa da nossa vida republicana.

Não há dois Bernardes. A coerência do grande mineiro nunca reduziu-se ao esquematismo das fixações. Coerência, para ele, nunca significou um ponto no espaço: significou uma linha ascendente. Coerente ele o foi com as necessidades concretas da Nação, modularmente dinâmicas e mutáveis.

Para chegar à Presidência, Bernardes enfrenta a mais sistemática campanha de vilipêndio e calúnia, encetada sobre o tristemente famoso episódio das cartas jorjadas. No topo do Poder, ele herda um conjunto de fricções que atesta a emergência de uma crise estrutural. A efervescência do tenentismo que nascia, as inquietações culturais que decorriam do evento modernista, a decadência de uma economia monocultora em face de um mercado internacional crescentemente problematizado, as expectativas de novos segmentos que afloravam na sociedade brasileira — tudo isto configurou um pano de fundo que renunciava a modernização de 1930. Coube à mão de Bernardes o leme da nau que se aproximava da borrasca. Timoneiro indomito, ele manteve rijo o eixo de um poder em desagregação.

Não se discute o ônus desta tarefa. Todos o sabemos. O autoritarismo — veio crônico de uma vertente da nossa formação política, e que ainda hoje cumpre erradicar — subiu à tona com vigor. A intervenção no Estado do Rio foi capítulo de triste memória. Como de triste memória foram as arbitrariedades cometidas, as violências perpetradas em nome de uma legalidade que se deteriorava.

No entanto, o apego de Bernardes ao jogo constitucional é exemplar. Pessoalmente, fez valer o dispositivo da Carta Magna, o estado de sítio. E se foi insensível aos apelos da consciência nacional para a alta grandeza da anistia, teve a coragem moral de, anos depois, arregar a si os erros cometidos. Deve-se ressaltar que ele desconhecia a existência da horrenda Clevelândia — o que, como ele mesmo o frisou para conhecido historiador, não o isenta de culpa. Mas a dinâmica do autoritarismo também o envolveu a ele: a partir de certo nível, seus mecanismos tornam-se incontroláveis. O que é uma dramática lição a ser meditada.

De qualquer forma, há o reverso da medalha. Saneou-se o câmbio, inaugurou-se a preocupação com o ensino profissional voltado para a agricultura e — singularmente se esqueceu disto — Bernardes lançou as bases para uma legislação social moderna: coube-lhe a criação do Conselho Nacional do Trabalho e, sobretudo, a implantação das primeiras caixas de pecúlio e aposentadoria, sementes da nossa previdência social.

Um balanço de seu período presidencial, pois, deve excluir visões maniqueístas. Bernardes representou, à época, o máximo de consciência social real — para usarmos o conceito de Goldmann — a que podia ter acesso um homem da elite brasileira. Não há como separar seus erros de seus acertos: neste amálgama fundiam-se as próprias condições do exercício do poder no Brasil.

Sua adesão ao Movimento de 1930 não encerra, portanto, nenhum oportunismo. Ator de um processo em rápida precipitação, ele foi capaz de assimilar a sua necessidade e a sua urgência. E o seu desassombro, ao solidarizar-se com os constitucionalistas de 1932, custando-lhe a prisão e o exílio, apenas sublinha a dinâmica coerência que sempre travejou os seus combates políticos.

Coerência que se tornaria translúcida no seu trabalho no Parlamento. Dispensamo-nos evocar detalhadamente as grandes causas de que foi o paladino, por demais conhecidas por todos os que conversam as páginas da crônica parlamentar.

Interessa-me ressaltar que a sua resistência às pressões da Itabora Iron, a sua intransigência diante do mal-famoso intento do Instituto Internacional da Hileia Amazônica e a sua calorosa ação em favor do monopólio estatal do petróleo expressam, tão-somente, a sua concepção global de nacionalidade. O nacionalismo de Bernardes nunca foi uma questão meramente política, quer na defesa dos interesses brasileiros, quer na assunção das legítimas aspirações de Minas Gerais (e recorde, rapidamente, que foi Bernardes quem

despertou a sensibilidade de seu Estado natal para as implicações de uma justa e racional exploração de minérios).

Este ponto é de capital importância. O nacionalismo de Bernardes não se esgotava na palavra de ordem da salvaguarda das riquezas brasileiras. Esta era a sua consequência imediata. Mas em Bernardes o nacionalismo derivava de algo mais profundo e mais inclusivo: ele possuía — e nisto reside a sua estatura de estadista — a mais ampla consciência da especificidade da Nação. Em termos mais explícitos: para Bernardes, a idéia de Nação implicava um complexo de valores e comportamentos tendentes a desensolver os seus traços típicos e irredutíveis. Nação, para ele, não era o Estado ou aquilo a que a Sociologia moderna chama de sociedade civil. Bernardes entendia como Nação um conjunto de valores que se encarnava em atitudes que se dinamizavam na criação de uma comunidade real.

É a esta altura que ele se distancia do anacronismo da xenofobia e, em igual medida, dos que confundem razões de Estado com razões nacionais. Bernardes visualizava a Nação dentro de parâmetros históricos concretos: nunca uma idealidade, mas a conquista de um estatuto de soberania mediante a ação de cidadãos livres.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas: esforço-me por desvencilhar-me de uma imagem convencional de Bernardes. Estou convencido de que nosso patricio se recusaria a ser homenageado como peça de um museu histórico, embora a mais digna. Já fiz referência a Drummond, e retorno à sua simbologia: Bernardes não é um retrato na parede. E retorno, intencionalmente, às observações introdutórias que desenvolvi sobre o julgamento histórico.

Elas são tanto mais procedentes quanto se aplicam a um homem público que teve o raro descortino da sintonia com as exigências da realidade que viveu. O roteiro político de Bernardes, do Governo mineiro ao exílio, da Presidência à Câmara dos Deputados, do autoritarismo dos anos vinte ao constitucionalismo de 32 — este roteiro só é tortuoso sob o prisma do imobilismo. É meridianamente reto e dinamicamente coeso se considerado à luz da petição maior da prática política, ou seja, a percepção das virtualidades e a sua atualização.

Nesta abordagem, o legado de Bernardes fala eloquentemente ao nosso tempo, a este agora cheio de dilemas e que reclama alternativas.

Trata-se mesmo da lição genuína que se extrai do percurso público de Bernardes: a modalidade de ação política que insere no possível o socialmente desejável.

É isto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas: a dimensão do socialmente desejável, a perspectiva do *dever ser*. Não formulo especulações filosóficas; ao contrário: penso que a exemplaridade de Bernardes radica no fato de ele ter sido capaz — um dos únicos estadistas brasileiros, aliás — de apreender, no cotidiano social, os movimentos catalisadores de novas situações. Bernardes contemplava os fatos como passíveis de serem alterados — concepção sem a qual a ação política se esvazia. Era no fato que a política se legitimava, nunca apenas coonestando-o, mas aceitando-o para transformá-lo.

Isto significa que Bernardes não era dogmático. Encarnou a qualidade máxima do ator político: a flexibilidade. Sabemos que não era hábil em matéria de princípios, âmbito em que jamais permitiu concessões. Mas diuturnamente assumiu seu papel com a certeza das alternativas. Não sacrificou no altar de pretensas verdades absolutas as mutáveis exigências da vida social.

Anima-me a convicção, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, de que Bernardes é, sob este aspecto, exemplo e lição vivos que nos compete tornar prática. Periscópio de futuros, antena de eventos a se cumprirem, Bernardes apostava no porvir.

Julgá-lo hoje é julgar-nos.

Na mesma escala em que o pensamos monumento de brasilidade, requisitamos um novo estatuto de convivência sócio-política. Na exata proporção em que o atualizamos, emitimos sobre o presente um juízo de valor.

Aquele estatuto e este juízo, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, asseguram-nos que Bernardes, dos brasileiros mortos, está mais vivo do que nunca.

E nos asseguram, prioritariamente, o largo espaço a percorrer, entre o Brasil que temos e a Nação que desejamos. Espaço social de que não estão ausentes declives e limbos, mas no qual — legatários do grande mineiro — se exercitará a nossa capacidade de fazer, das razões conjunturais e episódicas de Estado, as razões estruturais e duradouras de um povo livre e responsável por seu próprio destino.

Este, Srs. Congressistas, é o Bernardes que vejo: uma eterna lição de história. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Aécio Cunha.

O SR. AÉCIO CUNHA (ARENA—MG) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Magalhães Pinto, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Célio Borja, Sr. Ministro da Justiça, Dr. Armando Falcão, representante de S. Ex^a, o Sr. Presidente da República, Sr. Senador Arthur Bernardes Filho, Sr. Governador do Distrito Federal, Dr. Elmo Serejo de Farias, autoridades civis e militares, Srs. Congressistas, minhas senhoras, meus senhores: em certos homens, tão íntimo e tão fácil é o seu contato com a realidade circundante que se permitem reservar e empregar forças capazes de lançar suas vidas e suas obras além do tempo em que se desenrolam.

O Presidente Arthur da Silva Bernardes, que ora reverenciamos pelo transcurso do centenário do seu nascimento, é um exemplo marcante deste tipo de homens que, a despeito da morte, não se desfazem no esquecimento, por atingirem a postura dos seres privilegiados, que trazem o sinete da imortalidade.

Reencontra-se o Congresso Nacional consigo mesmo, no momento em que evoca, para cultuá-la, a memória do grande brasileiro, cuja presença neste recinto lhe conferia uma grandeza maior.

Nenhum local mais adequado do que este para o reconhecimento e a proclamação dos méritos do patriota invulgar.

A preocupação constante com o futuro da Pátria, o estudo e o debate das grandes causas nacionais, a identificação com os anseios e os problemas de seu povo, o caráter ilibado e o dom inato de liderança são alguns sinais que distinguem e denunciam o estadista que mobiliza o respeito e a admiração dos seus concidadãos.

A história republicana há de apontar poucos homens de sua estatura moral, de maior bravura cívica e de maior devoção à vida pública, pois que a sua virtude capital — ninguém o poderá negar — era o seu acendrado espírito público.

Espírito modelado no ambiente severo do lar mineiro, humanista formado na austeridade das salas e corredores do velho Curaça e das Faculdades de Direito de Ouro Preto e de São Paulo, tivera o Presidente Bernardes aquela adequada preparação para os altos destinos a que o conduziria a sua férrea vontade de servir.

Inferno à técnica do aulicismo, havia de seguir o rumo de suas convicções pessoais, fortalecidas no permanente e meditado exame dos já então variados e complexos problemas nacionais.

Não buscava os cargos. Estes é que lhe vinham ao encontro, sempre num crescendo de responsabilidade. Assumia-os com desassombro, e cada nova posição parecia ajustar-se por inteiro à sua personalidade.

“É que em suas mãos os cargos, quaisquer que fossem, passavam a ter cunho majestático, severidade e grandeza. O antigo Presidente da Câmara de Viçosa iria, assim, por força de vocação irresistível, passar pelo *currículo* da experiência, iluminada de devoção à coisa pública, até atingir a suprema magistratura do País” (Martins de Oliveira).

Ao assumir o Governo, com o País em estado de sítio, compete-lhe o indeclinável dever de resguardar a ordem civil e o prestígio da autoridade legitimamente constituída. Cumpre-o com religioso sacrifício.

Preservaria a Pátria do despenhadeiro do aventureirismo político, certo de que a anarquia, como sustentava Rui Barbosa, profeticamente, "sucede e procede às ditaduras, nasce delas, e as gera".

Arthur Bernardes, de alma simples e convicta, investido das responsabilidades do mando, teve de fazer apelo às suas reservas de energia, de estoicismo, para sustentar, naquela quadra de perigosas tensões e constantes ameaças, a supremacia do poder civil e o seu prestígio de chefe do governo.

A Nação presenciara a campanha mais brutal, desumana e impiedosa que se articulara contra um candidato à Presidência da República.

"A calúnia, a injúria e a perfídia deram-se as mãos para essa espessa investida do ódio, na vã tentativa de fazê-lo recuar pela intimidação. E foi até salutar que tudo isso acontecesse, porque o Brasil ficou conhecendo a fibra desse homem de luta, cuja força voltava repercutiva pela verdade, emersa dos pântanos da má-fé cínica e demolidora".

A permanente preocupação com a segurança nacional e com a defesa da autoridade de chefe de governo não impediu que o quadriênio Bernardes apresentasse uma obra administrativa de grande significação para o progresso do País, em todos os setores da vida nacional.

"Nele tivemos dois códigos do Processo para a Capital Federal; o saneamento do Tribunal do júri; a criação do Conselho e a reforma penitenciária; a reforma do livramento condicional e a adoção do instituto liberal da suspensão condicional da pena; o código de menores; inovações várias no Código Civil e na instituição da família; amparo à infância desvalida e à juventude delinqüente, num conjunto de providências concretas de assistência e proteção à minoridade, traduzidos em abrigos, patronatos e reformatórios".

Também a criação do nosso primeiro juízo privativo de alistamento eleitoral; de Escolas de Agricultura, algumas delas ainda hoje modelares, como a de sua cidade natal.

A construção e entrega ao tráfego de quase dois mil quilômetros de linhas férreas, custeadas com verbas orçamentárias, viabilizou-se, pelo saneamento das finanças, preocupação obstinada de sua vida de administrador.

"Quando se fizer, com serenidade e justiça, a história da legislação social brasileira, não será certamente esquecido que, no Governo Bernardes, foram lançados os seus rumos, através do Conselho Nacional do Trabalho."

Marcos inapagáveis dessa política assistencial são as trinta e três primeiras Caixas de Aposentadoria e Pensões para os ferroviários e suas famílias. E, digno de nota, para a época, é que as administrações dessas caixas foram então confiadas exclusivamente aos nela interessados.

No domínio internacional, a firmeza de suas atitudes, a independência, ativa e serena, diante das potências maiores, contribuíram, sem dúvida, para a elevação da estatura do poder nacional.

Levou a efeito o reexame da carta de 1891 em hora conturbada, entre rumores de uma inquietação de amplas dimensões. E, não obstante os uivos das cassandras, que nele anteviam a agonia de nossas liberdades, não há hoje publicista que não aplaye a grande maioria das emendas vitoriosas. Não fora relator geral da comissão o grande jurista Herculano Freitas.

É digna de registro também a sua preocupação em melhor preparar a nossa juventude para os embates da vida, habilitando-a a melhor servir à Pátria.

Bruno de Almeida Magalhães relembra que, ao final de seu governo, Arthur Bernardes dirigia ainda um apelo aos Presidentes e Governadores dos Estados no sentido de pugnares pela elevação do caráter nacional. O telegrama circular que lhes dirigiu estava redigido nos seguintes termos:

"A consagração, em todas as escolas brasileiras de ensino primário de um dia da semana para a educação moral, cívica e social, principalmente moral dos nossos jovens patriotas, parece-me o melhor ponto de partida para a cruzada da formação dos homens, cuja arte constitui, no avisado conceito de Rousseau, a primeira de todas as utilidades. Seria de grande vantagem que os ensinamentos fossem ministrados no último dia dos trabalhos escolares, a fim de que cada estudante levasse para o lar e para o trato exterior, bem vivas na memória, as lições recebidas do mestre, concorrendo assim, conscientemente, para a universalidade do espírito de crença nos destinos superiores da Pátria."

E que grande autoridade tinha Bernardes para fazer este apelo por ter sido a sua própria vida pública um hino de confiança na grandeza do futuro do Brasil!

Consciente do intenso trabalho desenvolvido em favor do povo brasileiro, o grande Presidente, em sua última Mensagem enviada ao Congresso, em 3 de maio de 1926, afirmava:

"De nós, nada temos a dizer senão que nós votamos sem reserva ao serviço da República, e qualquer que seja o juízo dos contemporâneos sobre os atos do cenário político nos dias atormentados que ainda não passaram, temos fe em que, sobre o Presidente deste período, o juízo dos vindouros será que cumpriu patriótica e lealmente o seu dever para com a Nação."

E no discurso pronunciado em Viçosa, por ocasião da inauguração da Escola de Agricultura, completava:

"Tenho a consciência tranquila.

Obedecendo às imperiosas circunstâncias, tenho procedido como exigem os interesses da Nação, dentro da órbita legal, exercitando as faculdades e atribuições da presidência. Estou seguro de que salvando o País da anarquia e as instituições dos golpes que lhe foram desferidos, cumpri o meu dever e não desmereci da confiança de meus concidadãos."

Como se compreende que, sendo um defensor intransigente da ordem legal, viesse Arthur Bernardes tornar-se um dos Chefes, em Minas, da Revolução de 30?

Por uma questão de dignidade e de amor a Minas, afirma Clóvis Salgado.

Mas, com coragem e altivez, opõe-se aos descaminhos do movimento de outubro de 1930.

Não poderia consentir, com o silêncio, vingasse o atentado contra os postulados que informaram e deram substância à revolução que objetivava renovar os padrões da nossa República.

E, convicto, redigiu a frase que se tornaria histórica:

"quanto a mim, fico com São Paulo, porque para São Paulo se transportou a alma cívica do Brasil."

Revolucionário autêntico em 30, para a implantação da ordem no regime e reconstrução do País, revolucionário em 32, para a restauração dos princípios pelos quais se batera inflexivelmente dois anos antes, pois, como Victor Cousin, estava convencido de que "O dever e o direito são irmãos, sua mãe comum é a liberdade. Nascem ao mesmo dia e crescem, desenvolvem-se e morrem ao mesmo tempo".

Pagando no exílio e na proscrição dos direitos políticos o preço de sua desassombrada conduta, Bernardes escrevia, para a história, mais uma página edificante, que viria incorporar-se ao patrimônio cívico do Brasil.

Ficara, ainda uma vez, dentro da disciplina moral em que vivera desde a mocidade. "Linha reta entre o dever que não esmorece e o ideal da Pátria que não morre".

Vencida, embora, pela força, a revolta paulista acaba por impor sua mensagem.

Mas o débil regime representativo de 34 não resiste à sucessão de 37.

Fecha-se, **manu militari**, o Congresso Nacional.

Arthur Bernardes, ao lado de outros bravos cidadãos, não se rende à ditadura.

A queda do Estado Novo vai encontrá-lo na linha de frente da redemocratização do País. Retornam os partidos políticos, agora nacionais.

O ex-Presidente é aclamado chefe do Partido Republicano.

Após uma longa ausência, o grande mineiro visita a Capital de seu Estado. É recebido nos braços do povo. Apesar da idade avançada, empenha-se a fundo em sucessivas campanhas eleitorais, dando aos mais novos um admirável exemplo de civismo.

Deputado à Constituinte de 46, e nas Legislaturas seguintes, desenvolve, nessa fase, duas memoráveis campanhas: a do Petróleo e a da Hileia Amazônica.

A visão do estadista, colocada a serviço dos superiores interesses do Brasil, traçara, em 30 anos de intensa atividade, uma linha de inflexível coerência.

Suas convicções são as mesmas que o levaram, quando no Governo de Minas, a não aceitar às pretensões descabidas da Itabira Iron.

Bate-se denodadamente pelo monopólio estatal. A campanha que empreende, da tribuna parlamentar, pelas colunas dos jornais, nos salões de conferência e nos palanques dos comícios, sensibiliza a Nação.

Emocionado, não teve dúvida em procurar o Presidente da República, seu tradicional adversário, para cumprimentá-lo pela assinatura da lei instituidora do monopólio estatal do petróleo.

A sua alma de patriota viria inflamar-se novamente quando o Congresso foi chamado a ratificar o tratado pelo qual se criava o Instituto Internacional da Hileia Amazônica.

Arthur Bernardes descobre-lhe secretas intenções, denunciando-o à Nação como atentado à sua soberania e ameaça à sua integridade territorial. Desta tribuna, com sua oratória austera e grave, declara com patética veemência:

"O Instituto da Hileia não é caso de ninguém, nem é questão partidária, mas nacional! É o Brasil em causa! Aprovar o convênio é consumir o desmembramento da Amazônia, ferir a soberania brasileira e separar do Brasil mais de um terço do seu território."

O tratado é rejeitado, vitória que não foi de um homem, mas da consciência de toda a Nação, por ele mobilizada.

Em 15 de setembro de 1953, perante a Câmara, cita Rui Barbosa, em apoio de sua posição nacionalista:

"Agora, o que a política e a honra nos indicam é outra coisa. Não busquemos o caminho de volta à situação colonial. Guardemo-nos das proteções internacionais. Acautelemo-nos das invasões econômicas. Vigie-mo-nos das potências absorventes e das raças expansionistas."

Mas Arthur Bernardes jamais se preocupou em obter, com o seu esforço e a sua luta, a popularidade fácil e fugaz:

"Sou um político que imolou a sua popularidade no serviço do seu País. Não me arrependo, porém, disso. Creio que por esse preço lhe terei prestado serviços de alguma valia."

À discutida figura do Presidente há de aplicar-se, por certo, a advertência de Kennedy:

"Se o povo americano compreendesse plenamente as pressões terríveis que desanimam atos de coragem política, que levam um Senador a abandonar ou contrariar a própria consciência, talvez fosse menor o seu aplauso àqueles que preferem o atalho mais fácil e maior o apreço aos que se mostram capazes, ainda, de seguir o caminho da coragem."

Paulo Pinheiro Chagas, em recente pronunciamento, e com o brilhantismo de sempre, retrata a figura de Arthur Bernardes, de quem fora grande amigo. São suas palavras:

"Augusto Frederico Schmidt pertenceu à roda mais íntima de Jackson de Figueiredo. Discorrendo do grande escritor e líder católico, disse-me certa vez: "Jackson era um homem afirmativo. Com ele não podia haver meio termo. Depois de ouvi-lo vinte minutos, a gente ficava nas pontas de um dilema: ou era pró-Jackson ou contra Jackson. Ora, nunca um conceito veio ajustar-se tão bem à personalidade de Bernardes, como este do poeta Schmidt sobre o pensador Jackson. Na verdade, Bernardes era um homem desse tipo, positivo, vertical, definido, inteiriço, inconsútil.

Impossível imaginá-lo faltando à verdade ou iludindo alguém, com meias palavras ou meios pensamentos. Ou era ou não era. Sem embargo, essa inflexibilidade de princípios como se desmanchava através de um trato finíssimo, revelando o **gentleman** polido, atencioso, solícito.

Patriota extrênuo — continua Pinheiro Chagas — acreditava no Brasil e tinha fé no seu destino. E era de tal ordem esse patriotismo que, em busca de soluções endógenas para os problemas brasileiros, iria, mais tarde, na Câmara dos Deputados, a que ambos pertencíamos, encontrar-se lado a lado com os marxistas na propositura e na defesa das idéias nacionalistas.

Homem culto, em permanente estudo dos temas e dos assuntos nacionais, sabia que o Brasil vale a pena.

Daí o seu nacionalismo, que não era fruto da moda, nem nascia da improvisação. Vinha da década de vinte, quando, presidente de Minas, se opusera virilmente ao monopólio e aos privilégios que a Itabira Iron pleiteava, com o apoio de grande parte da opinião pública. Tudo a mostrar que sua filosofia política não era um pensamento sem dia seguinte."

E são ainda palavras do tribuno mineiro:

"Era com profunda emoção cívica que o víamos, de cabelos brancos, ir de bancada em bancada, falando, pessoalmente, a cada um de nós, numa exaustiva catequese individual, a lutar, absurdamente fiel aos cânones de sua formação, com a obstinação de um Savonarola, na intransigente defesa da integridade de nosso território e na preservação de nossas reservas de ferro e petróleo. Até os comunistas, que ele sempre combatera, passaram a acatar esse intemerato homem de Estado, carregado de dias, que se dava de corpo inteiro a uma política que tinha o nacionalismo por princípio e o Brasil como finalidade."

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não poderia também, neste momento, silenciar o meu testemunho sobre a veneranda figura que conheci, por considerar dever indeclinável que a nós incumbe cultivar a memória dos que honraram e dignificaram a vida pública em nosso País.

Quando muito jovem ainda comecei a militar na política, nas hostes do Partido Republicano, o Presidente Bernardes era, como foi sempre, o prestigioso chefe do tradicional e glorioso Partido, a que estava ligado indissolúvelmente o seu nome. Das vezes em que o vi guardo aquela impressão do chefe nato, de alguém predestinado para ser condutor de homens. Era então já um homem idoso, mas conservava aquela presença grave e erecta que havia de acompanhá-lo até o fim. À sua sombra nos sentíamos protegidos.

E não só os partidários do PR. Por essa época, os antigos ódios já estavam arrefecidos. O Presidente Bernardes ganhara a estima de antigos adversários e a admiração de todos pelo seu patriotismo, por sua energia em defender o que acreditava ser o bem da Nação.

Hoje, ao recordar-me de sua imponente figura, transpirando espírito público e amor ao Brasil, não posso deixar de associá-lo ao meu pai, o Deputado Tristão da Cunha, que com ele convivera, numa admiração recíproca, por toda uma existência, e que ao falecer, com 83 anos, ainda na Presidência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, teimava em convencer Ministros de Estado a darem melhor apoio à utilização da legislação antitruste, na defesa dos interesses nacionais.

A lembrança desses vultos que, ao lado de tantos outros ilustres brasileiros, se recusaram, até o último alento, a parar um dia sequer de pensar no Brasil e de lutar pelo seu progresso faz que entenda cada vez menos o que se convencionou chamar modernamente "conflito de gerações." E no momento em que a palavra *renovação* — não sei se por apreço aos jovens, ou desapeço aos mais velhos — é utilizada como uma panacéia, a insinuar que se faça tábula rasa da incomensurável contribuição que os homens mais experientes deram e continuam a dar ao desenvolvimento nacional, não resisto ao desejo de incluir nesta despretensiosa evocação uma página admirável em que D. Julián Marías, o lúcido filósofo espanhol, exprime o reconhecimento devido aos homens de idade dedicados à causa pública e que desempenham a sutil mais íntima função de dar-nos companhia e ajudar-nos a confiar no futuro:

"Encontramo-los já ao nascer, vinham de antes, perduraram ao longo de todas as vicissitudes; são, além disso, algo que tivemos em comum com os nossos pais, com nossas devoções particulares e acaso polêmicas.

Ligam-nos ao passado, são fios que nos enlaçam silenciosamente com o subsolo da história em que estamos implantados, onde se inserem nossas raízes.

São o já sabido, o sabido por todos, o consabido. No horizonte limitado de nossa breve vida, fingem uma ilusão de perenidade; estão ali desde sempre, como as montanhas acolhedoras que cerram os horizontes de nossa terra.

Essas figuras venerandas têm sempre um não sei quê de paisagem. São o órgão da continuidade; sobre o fundo de sua permanência vêm e se vão as coisas.

À devoção transpessoal aos pais chamavam os latinos "pietas", piedade. E pensavam que sem ela não haveria cidade, estado, convivência, ou seja, "pátria". Com os pais não se tem que estar de acordo, não se está nunca de acordo. O que se deve ter com eles é concórdia, e esta só nasce da cordialidade. Quando uma e outra faltam, sobrevém a discórdia; já nada se recorda, pretende-se apagar com mão torpe e rancorosa o passado, renega-se dos pais, e tudo isso quer dizer que se perdeu a cordura. E não nos devemos esquecer de que a impiedade ("impietas") costuma ser a máscara cínica com que o nada encobre o seu medo ao real."

A lembrança da veneranda figura de Arthur Bernardes tem para nós mineiros um sentido particular, o de símbolo, por excelência, de nossa cultura política.

Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Viçosa, Deputado Estadual, Deputado Federal, Secretário e Presidente do Estado, Senador e Presidente da República, foi única e simplesmente político, em toda a sua intensa e ensolarada vida.

Alberto Torres frisava que as instituições políticas de um povo não se copiam nem se improvisam, "porque a ordem natural é estável, vivendo de si mesma, sem o amparo da força, porque não é imposta, e sem o conselho dos doutrinários, porque é naturalmente aceita."

Abria o grande mestre o debate que ainda hoje perdura sem que se possa antever sua conclusão: o do conflito entre o apriorístico do

nosso arcabouço jurídico-constitucional e a incoercível realidade geográfica, social e econômica do Brasil.

A propósito e com a acuidade de sempre, declarava Afonso Arinos:

"O Governo Arthur Bernardes foi o desesperado esforço para a manutenção de uma diretriz retilínea na rota do Estado batida por todos os tufões. Era um governo que não representava senão a etapa final de um processo do nosso sistema político que se desagregava graças ao embate de novas forças sociais e econômicas.

O que ali se defendia como sendo a ordem, o que ali se procurou sustentar como sendo a lei não era senão e afinal, Sr. Presidente, do que uma estrutura, uma moldura legal para um conteúdo social que se estava esboroando.

O que o Governo Arthur Bernardes significa ou significará para o historiador do futuro é, exatamente, essa força de inércia das instituições políticas e essa capacidade de resistência das instituições constitucionais em face da profunda transformação do meio social."

Com a revolução de 30 uma nova geração surgia, uma outra mentalidade se impunha.

"As ideologias irrompiam ruidosamente, toda a problemática nacional era revisada e novas equações se armavam na busca incansável de solucionar as nossas angústias e na procura de critérios novos para a interpretação de nossos enigmas."

Os políticos deixaram aos sociólogos a abertura dos caminhos e estes prepararam o advento dos economistas, que são hoje o elemento predominante no quadro político.

Mas não poderá jamais vingar uma democracia sem políticos. Incompreendidos, subestimados e mesmo marginalizados, hão de ser eles sempre os mediadores entre o arbítrio e a democracia, o conduto entre governantes e governados. Os patronos dos ideais do povo junto aos poderes da Nação. Os intérpretes inarredáveis das suas aspirações na Justiça, na Administração e no Parlamento.

Portanto, nunca é demais repetir que Arthur Bernardes foi única e simplesmente político, e creio que disto se orgulhava. Político como tantos outros que vivem indenticados com o sofrimento das comunidades que representam, assistindo-as nas suas decepções, aquietando-as nos seus desesperos, reacendendo-lhes as esperanças, orientando-as nas horas de crise, sem visar a outra recompensa que a de atender às imposições do seu espírito público.

Fazia do civismo uma religião. Da proibidade um culto. Na sua exemplar existência, construiu as suas alegrias nos sacrifícios cotidianos, enfrentando ódios, paixões, injustiças e incompreensões.

Em "Depois da Política", diz Gilberto Amado, referindo-se a Washington Luís, "Se muita coisa em Washington continua inexplicável — confiança na literalidade das declarações, fê na anarência lógica dos termos — para mim tudo cede em inexplicabilidade ao olvido em que deixou Bernardes em Minas, a sem-cerimônia com que prescindiu do homem, dos conselhos, avisos, advertências e conhecimento inato de tal mestre em política brasileira."

Meus caros colegas, hoje, serenados os ânimos que tanto se exaltaram no seu governo e alongado o painel da perspectiva histórica, o vulto de Arthur Bernardes vai adquirindo contorno mais nítido, com o reconhecimento do seu pioneirismo em abrir os caminhos da esperança, em ensinar-nos a confiar na grandeza dos nossos destinos no mundo de amanhã, não como uma dádiva divina, mas como o efeito natural do nosso esforço continuado e consciente, movido por um amor à Pátria, de natureza superior, de maior profundidade, verdade e exigência.

Assim viveu, pensou e agiu, recolhido na simplicidade, que é outro atributo que só os privilegiados de Deus conseguem atingir.

Quem, a tais alturas, alçou a atividade política e a própria condição humana, projetou-se, em feição definitiva, no respeito da posteridade, como os heróis camonianos que, "por obras valerosas, se vão da lei da morte libertando."

E todos nós, seus amigos, seus discípulos e admiradores, sentimos que a ninguém melhor que a Arthur Bernardes, ao estadista e ao cristão, se aplicariam estes versos de Fernando Pessoa:

"Claro em pensar, e claro no sentir,
É claro no querer;
Indiferente ao que há em conseguir
Que seja só obter;
Dúplice dono, sem me dividir
Do dever e de ser.

Assim vivi, assim morri, a vida,
Calmo sob mudos céus
Fiel à palavra dada e à idéia tida
Tudo mais é com Deus!" (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Ferraz.

O SR. JORGE FERRAZ (MDB—MG) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Magalhães Pinto, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Cêlio Borja, Sr. Ministro da Justiça, Sr. Senador Bernardes Filho, meus Senhores, minhas Senhoras, Srs. Deputados e Srs. Senadores:

Não pretendo, nem me parece adequado o momento, traçar, mesmo em suas linhas fundamentais, a biografia do eminente brasileiro e mineiro Artur da Silva Bernardes, mas desejo, respeitoso e comovido, dizer, sobretudo às novas gerações de políticos nacionais, quanto pôde realizar um homem público contra quem se armou o mais vasto arsenal de intrigas e de injúrias, jamais oposto a quem quer que, na vida partidária, houvesse seguido o rumo do serviço da Nação.

Sobrepondo-se a todas as misérias e vencendo, um a um, todos os empecilhos solertemente criados para embarçar-lhe os passos, Artur Bernardes, cujo centenário de nascimento hoje e aqui celebramos, ganhou a batalha contra a insídia e a ma-fé e, agora, vem-se firmando na História do Brasil a sua invejável reputação.

Com rara emoção falamos e exaltamos a figura deste grande brasileiro que foi o Presidente Artur Bernardes. Pelas suas mãos ingressamos na vida pública ainda jovem, gozando de sua relativa intimidade e de sua confiança, quando pudemos auferir os ensinamentos de sua ação pela honradez, austeridade, espírito público, solidariedade aos seus amigos e correligionários e sobretudo o acendrado amor à sua Pátria, a quem dedicou todos os instantes de sua vida.

Nascido nas Minas Gerais, Bernardes se inclui no tipo rural definido por Paulo Pinheiro Chagas no seu estudo sobre a formação do povo mineiro, o minerador e o rural.

Diz Paulo Pinheiro Chagas:

"O espírito de aventura, o amor à liberdade, o gosto pelas sedições, o culto da arte, a intemperança, o jogo, a alegria, a facúndia, a indiscrição, a forma, o sonho, o ímpeto, pertencem aos homens da primeira espécie. Definem os da segunda a afeição à estabilidade, o respeito à autoridade, o senso grave da ordem, o apego da ciência, o comedimento, a economia, a severidade, a palavra curta, o bom-senso, a substância, a razão, o método. Lá, o indivíduo extrovertido, de espírito comunicativo, um tanto trêfego e inconsequente, com ares de espadachim e poeta. Aqui, o introvertido, ensimesmado e formalista, cioso de seu patriciado rural, com atitudes de fidalgo e filósofo. E em ambos, sem embargo das diferenças, a mesma pureza de costumes, a mesma lhanza no trato, o mesmo acatamento à palavra empenhada, a mesma tradição hospitaleira, o mesmo horror ao arbítrio, tudo

aquilo, em suma, que levaria Saint Hilaire a evocar "os meus bons mineiros" e Torres Homem a defini-los como "varões singelos e grandes."

E após considerações de vária ordem, Paulo Pinheiro Chagas traça este paralelo com que a cultura — tomada a palavra em seu sentido sociológico — diferenciara duas figuras representativas daqueles tipos humanos em que se divide a gente de Minas: Bernardes e Juscelino:

"Em Bernardes, o povo é quase uma questão de forma; em Juscelino, quase uma questão de fundo: assim como se Bernardes o adivinhasse e Juscelino o compreendesse. Para Bernardes, já Parlamentarista, o ideal seria a democracia inglesa, com sua pragmática; para Juscelino, ainda presidencialista, o modelo seria a democracia americana, em sua linha-gem revolucionária. Bernardes, pautando a vida com o método e a sistemática dos cafezais de Viçosa; Juscelino, orientando a sua com o tumulto e a inquietação das lavras de Diamantina. Bernardes, sem esquecer a indústria, concentrando-se nos problemas da lavoura; Juscelino, sem esquecer a lavoura, concentrando-se nos problemas da indústria. Bernardes, mais voltado para o céu; Juscelino, mais voltado para a terra. Bernardes, como Maomé, antes preferindo curar a alma do povo; Juscelino, como Roosevelt, antes preferindo enriquecê-lo. Em Bernardes, a rigidez de um sistema; em Juscelino, a plasticidade de uma teoria. Bernardes, grave como um teorema; Juscelino, alegre como uma janela aberta."

Presidente do Estado de Minas Gerais quando faleceu Rodrigues Alves, a quem o País conferira a honra insigne e inédita de reelegê-lo para o Supremo posto, Artur Bernardes foi sondado para ser o sucessor a quem competisse terminar o quadriênio do grande paulista. Austero e grave, Bernardes recusou o convite, sob a alegação de que ainda não houvera cumprido os seus deveres para com a terra natal. A verdade, porém, é que o jovem chefe da política mineira não nascera para ser substituído, fosse lá de quem fosse. Seu sonho, como Presidente de Minas, era mesmo a Presidência da República; mas só admitia chegar ali como expressão majoritária nacional, e para cumprir integralmente o mandato havido.

Foi essa firmeza no objetivo predeterminado, por parte de Artur Bernardes, que ensejou o interregno nordestino, tão lúcida e tão brilhantemente preenchido por Epiácio Pessoa. Bernardes sabia, com certeza absoluta, que São Paulo não poderia aspirar à sucessão de Epiácio, pois o ilustre paraibano fora eleito para completar o tempo do paulista Rodrigues Alves. Bernardes sabia, com certeza absoluta, que, Chefe do Governo e da política de um grande Estado, se diminuiria politicamente se chegasse ao Catete como simples substituído. Bernardes sabia, com certeza absoluta, que só empolgaria o poder, para dirigir de fato, conquistando a Presidência como um direito da política mineira, de que ele era o legítimo chefe e guia.

Ninguém, no Brasil de então, com a subida de Epiácio Pessoa ao Governo da República e, logo depois, com a ascensão de Raul Soares à Presidência de Minas Gerais, duvidava de que Artur Bernardes seria, fatalmente, e dentro das regras do jogo político que então vigiam, o futuro chefe da política nacional. Tão óbvia era a ascensão de Bernardes ao primeiro posto, que os eternos insatisfeitos, capitaneados por um jornal que sempre se arrogou o direito esdrúxulo de indicar os futuros Presidentes, desde logo começaram a tramar todas as infâmias e todas as torpezas para invalidar a justa pretensão de quem já marcara sua presença insigne na vida pública.

E enganaram-se todos quantos viam no habilíssimo político montanhês, nada mais do que um advogado de província, cuja boa estrela, e apenas a boa estrela, lhe iluminara a já gloriosa caminhada.

Filho de família da melhor estirpe, mas família desprovida de recursos materiais, o menino de Viçosa cedo amanheceu no trabalho e no estudo, conscientemente alertado pela vigília paterna, de que só um e outro lhe abririam as primeiras picadas, que ele haveria de

transformar nas ensolaradas e largas avenidas que tão brilhantemente construiu.

Rivalizava, na meninice e na juventude, o estudante com o laborioso auxiliar de contabilista. Enfrentando os mestres de Ouro Preto e a legenda do **Caraca** com a mesma firmeza e com o mesmo empenho com que se havia perante o "Caixa" e o "Razão", o jovem montanhês ia se abeberando dos segredos das humanidades e dos mistérios das finanças, a umas e a outras dominando com método, disciplina, engenho e cuidados exemplares. Chegou a São Paulo, em cujas tradicionais "Arcadas" ingressaria, bem servido de vivida experiência comercial e bem arrimado nos preparatórios que conquistara, sobretudo servido de dois grandes amparos: o conhecimento da língua e o sentimento da liberdade, tão grato aos mineiros.

Todos os contemporâneos registram, sem discrepância, que Artur Bernardes foi sempre austero e grave, sendo ao mesmo tempo suave e acolhedor. Sua austeridade não animava à intimidade; sua gravidade não fazia sequer concessões à gíria. Mas a doçura com que a todos tratava, dentro de sua amável linha de compostura física e moral, aliada à sua infinita capacidade de ouvir, assinalavam nele a presença do chefe, do guia, do líder que ele sempre foi.

Estudante de Direito, em São Paulo, Arthur Bernardes firmou logo reputação de bom estudante e de soldado ativo da República. O jornalismo, acadêmico ou não, teve-o como um de seus cultores, mesmo em temas excessivamente polêmicos. E seu nome se inscreve, como uma legenda, na grande sociedade secreta dos estudantes paulistas. Foi com esses adendos laterais que o rapaz de Viçosa venceu o curso jurídico e regressou às bases municipais, sua terra de eleição e onde forjaria as armas com que conquistar, na carreira política, todas as posições que só o regime democrático permite ao homem comum.

Novamente plantado em Viçosa, suas raízes se apronsfundaram, e o arbusto, que se transformara em árvore nova, iria transmutar-se no imbatível Jequitibá venerável. A semente do estadista fora plantada, e a sua germinação, com o florescimento e a frutificação, seriam apenas obra do tempo.

Militando na Oposição — a quem tudo se negava — Arthur Bernardes assinalou o seu primeiro triunfo na carreira política, elegendo-se Edil. Sua forte personalidade, embora em tão verdes anos, levou-o à chefia executiva do seu município, espantando tanto os seus quanto o Governo, pela sua perícia nos assuntos financeiros e econômicos, em que se aprofundara, e pela obra de administrador que empreendeu e realizou.

O passo seguinte era óbvio: a Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Arthur Bernardes seguia todos os degraus que fazem, e só eles fazem, o verdadeiro mestre na política e na administração. A cultura acadêmica e a experiência contábil seriam pouco, se lhes faltassem as etapas que formam o estadista. Sempre austero e sempre grave, Artur Bernardes impôs-se no seio do parlamento estadual. Forjavase, naquele centro tão político, o futuro chefe incontestável. Moço ainda, muito moço mesmo, sempre vestido com apuro e com esmero, gestos sóbrios e palavras sempre medidas e pesadas conscienciosamente, o jovem político de Viçosa assentava uma reputação que só fazia crescer. Cumprindo o currículo da vida pública, como Vereador, como Deputado, estadual e federal, como Secretário de Estado, Artur Bernardes foi-se identificando como natural predestinado ao comando do legendário Partido Republicano Mineiro.

Era o tempo da "Tarasca", onde dominavam, absolutos, os legendários condutores da política mineira. Ali tinham assento os Bias Fortes, os Bueno Brandão, os Andradas, os Braz — toda a velha cepa montanhês de tantas e tão ilustres tradições na vida pública do Brasil e de Minas Gerais. Amadurecido no trabalho e no estudo, escudado de uma já longa vida partidária de militante assaz ilustre, Arthur Bernardes, numa idade quase insólita para as tradições mineiras — pois era homem apenas entrado nos quarenta anos — empolgou o Partido e se projetou como o natural candidato ao Go-

verno do Estado, que conquistou quando terminava, na Europa, a primeira grande guerra mundial.

Foi então que se tornou brasileiromente conhecido o grande nacionalista que sempre foi Arthur Bernardes.

Convenhamos, com a verdade, que Arthur Bernardes é o primeiro grande nacionalista do Brasil republicano! Convenhamos, igualmente, que o fenômeno das multinacionais, hoje tão em moda, nem é recente nem é novo.

Relembremos um episódio, deveras edificante.

Reinando Epitácio Pessoa no Catete, onde sucedia à legenda em que se transformara, e muito justamente, Rodrigues Alves, e tendo, antes de sua posse, largamente tratado com potências políticas e financeiras da Europa, pretendia o Governo da União aumentar o volume das exportações dos ricos minérios das Alterosas, forma rápida de adquirir divisas fortes para o País. Os compradores concordavam com o desejo de Epitácio Pessoa; mas impunham uma medida: que Minas Gerais diminuísse de três mil réis para trezentos réis o imposto que gravava a exportação do minério. Consultado, Bernardes não tergiversou: Minas concordava com a diminuição do imposto, sim; mas exigia, como contrapartida, que os exportadores passassem a produzir, em terras mineiras, 150 mil toneladas, por ano, de ferro forjado.

Parecia-lhe, então, que Minas Gerais não podia dedicar-se à indústria de "abrir buracos", sem o prêmio de ganhar, como compensação, a sua indústria siderúrgica.

E ainda hoje, nos dias atuais, a história se repete.

Uma multinacional — a HANA — apoderou-se, de maneira inexplicável, nos últimos dias do governo Castello Branco, de cinco jazidas em nosso Estado, e que o então Governador Magalhães Pinto lutava para assegurar o ato do saudoso Ministro Gabriel Passos, que cassara a concessão destas jazidas requeridas pela antiga São João Del Rey, Mine Company. Hoje exporta em massa nosso minério, com uma tributação irrisória que é o Imposto Único sobre Minério, quando também hoje entendemos que a exportação de minério deve constituir "um meio e não um fim" para evitar que continuemos com o estigma de país exportador simplesmente de matéria-prima, e por isso mesmo, preso a esta característica de país subdesenvolvido.

Dessa posição nacionalista, indormida defensora dos interesses maiores do Brasil, nada ou ninguém jamais afastou o combativo e tenaz líder montanhês.

Escuso-me — porque me repugna recordar — lembrar à Casa ou dizer aos moços o que foi a mais vil e a mais torpe de todas as campanhas políticas jamais havidas no Brasil. Apenas insisto em que aquele de quem se dizia "eleito", não toma posse; empossado, "não governa", foi o mesmo homem que entrou no Catete sob vaias e apupos e foi levado à última morada entre as bênçãos e os louvores dos que o destratarem, mas que se restaram do mau momento fazendo-se acompanhar de seus filhos e de seus netos, mostrando-lhes o corpo inanimado do grande batalhador pela soberania e pela independência do Brasil.

Presidente da República — Arthur Bernardes dignificou o cargo e honrou a Nação. Herdeiro de crises civis e militares, triste legatário de uma infeliz realidade econômica, tendo contra si as resultantes nefastas de uma sórdida exploração publicitária, que eu não temo de definir como criminosamente dirigida, nem por isso o homem de Viçosa se intimidou. Sequer mesmo vacilou no cumprimento de seus deveres. A parte sadia do País — que é a maioria — logo identificou no prócer mineiro o guia seguro e firme, o "Homão", para servir-me de uma expressão assaz definidora de Gilberto Amado.

No Presidente Bernardes corporificou-se o estadista.

Com a mesma mão férrea com que impôs um fim, imediato e rapidíssimo, às obras irrealísticas do Nordeste, que o bairrismo de Epitácio Pessoa bem justificava, com aquela mesma mão férrea implantou dois mil quilômetros de ferrovia, que tanto beneficiaram a economia brasileira. Hoje — em plena "Revolução desenvolvimentista" — todos estão acordes em que a política ferroviária do grande mineiro, se continuada, teria dado outro destino ao País.

Deve-se a Bernardes — e é bom que se recorde a história — a implantação oficial da política social. Foi ele o inspirador, e, mais do que inspirador, o autor das leis que criaram os primeiros Institutos da Previdência Social, cuja direção, registre-se, era, por lei, da competência exclusiva dos próprios beneficiários.

Sempre se falou — e nunca ninguém foi além das palavras — na imperiosa necessidade de reformar-se a Constituição de 1891. Rui Barbosa, o oráculo, ele mesmo se dizia revisionista desde o dia 25 de fevereiro de 1891. Mas Rui, em verdade, nunca foi Governo! Pois bem: Bernardes fez a reforma.

— E por que fez?

Quem quer que conheça um tanto de nossa história política, sabe bem das "caudas orçamentárias", talvez o maior escândalo público de nossa primeira República. Era ali — nas "caudas orçamentárias" — que cabiam todas as impertinências, Negócios e "negociatas", nomeações de parentes e amigos, demissões de inimigos, tudo cabia naquele item, objeto de todos os acordos, de todas as composições, acordos e composições que eu sublinho, para não crescer-lhes adjetivos que me pungem.

Era tão pungente mesmo o triste espetáculo que Epitácio Pessoa, jurista e afeito à lei, não trepidou em vetar todo o Orçamento, num gesto inédito no Brasil, raríssimo em todo o mundo.

Quase em meio de seu Governo, quando já realizara obra robusta e duradoura, foi Bernardes acometido por um outro Cinco de Julho. Velhas brasas dormidas se reacenderam para morrer, gloriosa mas tristemente, nas areias de Copacabana. Foi fazendo o rescaldo do incêndio que a insânia de certa imprensa indesejada novamente fizera lavrar sobre a jovem oficialidade do Exército, que Arthur Bernardes prosseguiu na sua tarefa de estadista.

Dedicado à recuperação do crédito brasileiro e ao saneamento de suas finanças, do mesmo passo que cuidadoso de pacificar a família nacional tão largamente malferida por duas revoluções cruentas, o estadista que Minas deu ao Brasil avantajou-se sobre si mesmo. Debruçou-se, sobretudo, no esforço maior de recuperar o Brasil para os brasileiros; de acalmar a política, para que o País progredisse.

Para tanto, teve que usar o dispositivo constitucional do Estado de Sítio.

E Dario de Almeida Magalhães, velho companheiro do ex-Partido Republicano, teve a oportunidade de afirmar:

"no quadriênio 22/26 não se fechou o Congresso e todos os discursos ali proferidos por uma Oposição combativa, foram divulgados pela imprensa; não se aposentaram Ministros do Supremo Tribunal Federal; mantiveram em funcionamento as nossas instituições representativas."

E nós acrescentaríamos hoje: — apesar de todas as dificuldades, a ordem pública e a soberania nacional foram resguardadas.

Foi Bernardes amado e odiado. Amado pelos seus seguidores, muitos até fanáticos, e pelos conservadores, porque representava a garantia da ordem e a estabilidade das instituições; e odiado pelos que dele divergiam, e os que foram punidos implacavelmente pela polícia do Governo, o inventor das prisões políticas. (Hélio Fernandes, na História da República Brasileira).

E esta citação me faz lembrar, há perto de um mês, na cidade de Serro, num convívio de três dias com o referido historiador Hélio F. Silva, nas homenagens prestadas ao jornalista José Aparecido, da qual participaram dezenas de jornalistas e intelectuais de todo o Brasil — confidenciava-me Hélio Silva: "Deputado — em certa época, ainda adversário de Bernardes e jornalista na Câmara Federal, interpelei o ex-Presidente a respeito da "Clevelândia" — e a resposta foi essa: "vim a saber, a posteriori, de que presos políticos foram levados a presídios. Se o soubesse, na época, não o teria permitido. Mas como tais prisões foram feitas por autoridades do meu Governo, assumo toda a responsabilidade sobre tais atos — pois era o chefe do Governo — apesar de condená-los."

Austero e grave, como de seu feitio, não promovia festas, não angariava presenças estrangeiras ilustres, não se mostrava homem de

sociedade. Arthur Bernardes não tinha o gosto das doces amenidades do poder; amava o poder para realizar o futuro de sua Pátria. Era um rude trabalhador, que fazia trabalhar também aos outros.

Dai por que, ao fim do seu agitado, mas imensamente profícuo quadriênio, pôde entregar o Governo a Washington Luiz, que encontrou a Casa em ordem e as finanças sadias.

Mas para falar sobre as realizações de seu Governo no Estado e na República seria necessário um vasto compêndio que o momento não comportaria. E para falar na vida e na obra do Presidente Arthur Bernardes nós nos perdemos no tempo e no espaço, vindo à memória fatos de matrizes excepcionais de ordem política, filosófica, econômica, social e histórica, pois foi ele, sem dúvida, um grande, um brasileiro, que colocou todos os momentos de sua vida a serviço da Pátria.

Os homens públicos, os verdadeiros líderes, sofrem o julgamento da história. Mas este julgamento só pode ser feito após o decorrer do tempo.

Assim também se expressou em conferência realizada em Belo Horizonte o ex-Governador de minha terra, o Professor Clóvis Salgado, dizendo:

"só o tempo, trazendo à cena novas gerações não comprometidas e esvaziando os acontecimentos de seus aspectos secundários e enganosos, permitirá que a verdade surja em plenitude, incontestável, com o selo da autenticidade histórica."

No caso do Presidente Bernardes, a falta de perspectiva é evidente. Os vinte anos decorridos após a sua morte ainda não apagaram as chamas das paixões desencadeadas contra o seu agitado quadriênio. Muitos de seus amigos incondicionais, e também de seus adversários declarados, continuam vivos e irredutíveis em suas posições. A personalidade forte e as convicções firmes, que nortearam a ação política do Presidente, haveriam de cavar um profundo fosso entre ele e seus contestantes. Fosso escavado por lutas sangrentas e mantido aberto pelos princípios que animavam as facções, o tempo ainda não pôde, de todo, preenchê-lo. De todo, não, mas em parte sim. A justiça da História já reconheceu a honestidade de propósitos dos contendores, nas revoltas militares de 1922 e 1924. Os erros cometidos, de um e outro lado, não o foram por motivos subalternos. Ao contrário, as razões superiores, pelas partes invocadas, justificavam a disputa inglória e lamentável.

As famosas cartas falsas, como tais posteriormente reconhecidas, no começo foram por muitos consideradas verdadeiras. As paixões cegavam os espíritos de homens de boa fé. A oficialidade jovem, generosa e brava, ofendida em seus bríos, levantou-se em armas para defender o que acreditava ser a honra do Exército. Historicamente, ou seja, em suas consequências danosas, as cartas falsas funcionaram como se verdadeiras fossem. Por seu lado, o Presidente Epitácio Pessoa — 1922 — e, depois, o Presidente Bernardes — 1924 — entendiam de seu indeclinável dever a defesa da autoridade legalmente constituída e a manutenção da paz e da ordem pública. A revolta dos tenentes, marcada para sempre pelo sangue dos heróis do Forte de Copacabana, não encontrou ressonância no seio do povo nem apoio nos comandos militares. Por isso, teria de fracassar, perdendo-se na aventura inconsequente da Coluna Prestes. Ninguém, entretanto, deixou de reconhecer, à rebelião dos Tenentes, o sentido da honra e dignidade, a que a juventude inexperiente e confiante dava um toque de contagiante simpatia.

De 1927 a 1930 — já eleito e empossado Senador por Minas Gerais — Arthur Bernardes conheceu o único período relativamente calmo de sua longa existência. Relativamente calmo, sim, porque, regressado da Europa e em pleno exercício de seu mandato senatorial, teve de se medir — e sempre com vantagem — com os gratuitos acusadores, que eram, como não podiam deixar de ser, os mesmos que outrora freqüentavam o Catete em busca de favores e benesses, pessoais e partidárias.

Com a Revolução de 1930, começa a última, e talvez a mais brilhante etapa do velho lutador. Inconformado, como quase toda gente, ante a decisão unipessoal de Washington Luís, qual a de fazer um outro paulista Presidente da República, repudiando, na sua teimosia e no seu ânimo pré-concebido a antiga solução da "política do café-com-leite", Bernardes animou a Aliança Liberal, de que resultou o lançamento do nome de Getúlio Vargas, fato gerador da maior cisão jamais conhecida pela política do Brasil.

Está na memória de toda gente os fatos de então. Contestada a vitória de Júlio Prestes, só havia o recurso das armas. E quando Borges de Medeiros já aceitava, oficialmente, o fato consumado, Arthur Bernardes, falando por Minas Gerais, animou a insurreição, que se fez vitoriosa, como, e ainda, foi o redator final do famoso telegrama que decidiu a Junta Militar a entregar o Governo ao prócer rio-grandense.

Góes Monteiro, no Mundo Ilustrado de 04-12-30, dizia em entrevista:

"não fossem Borges de Medeiros, no Sul, e Arthur Bernardes, em Minas, não teria havido a Revolução — 1930 — e para completar o triângulo que se forma sempre ao recordarmos a epopéia libertadora vem a figura de Oswaldo Aranha, com traço de união entre o Sul e o Centro."

Depois, foi a ditadura gaúcha, que levou São Paulo às armas, sempre com o apoio de Bernardes. E veio a Constituinte de 1934, com o grande mineiro na Câmara Federal e veio o golpe de 37, com Bernardes exilado e perseguido. Mas o tempo correu, a democracia se impôs ao fascismo e ao nazismo, e o Brasil se reencontrou com a liberdade, elegendo ainda uma vez Arthur Bernardes Deputado Federal.

O grande estadista, já avançado nos anos da vida, uma vez ainda alçou-se às alturas onde só podem pairar os bem dotados, os esclarecidos e os patriotas.

Austero e grave, como sempre, foi o grande capitão da luta parlamentar em defesa de três princípios nacionalistas, hoje formosas realidades. O moço nacionalista de Viçosa reafirmou-se no velho batalhador do nacionalismo insubstituível.

E era de ver-se o ardor e o entusiasmo com que Arthur Bernardes se atirava contra o projeto da PETROBRÁS não monopolista; e era de admirar-se a combatividade do mineiro ilustríssimo na defesa da soberania do Brasil e na salvaguarda da Hileia Amazônica; e era de aplaudir-se o calor e a bravura de seus pronunciamentos em favor do resguardo das riquezas minerais do subsolo. Moços, e não muitos moços, todos ouviam com respeito e com admiração a palavra oracular de Arthur Bernardes na sustentação lúcida, firme, robusta e convincente dos princípios nacionalistas por que sempre se batia.

O Vereador Municipal, o Deputado Estadual, o Secretário de Estado, o Senador, o Governador de Minas Gerais e o Presidente da República — aquela soma imensa de experiência, de cultura e de patriotismo — tudo se corporificou no combativo Deputado, encanecido e venerando, mas sempre o estadista posto ao serviço das melhores causas do Brasil de então, e do futuro.

Só então, vendo aquele pelejador sem medo e sem mácula, do alto de sua velhice ilustre, freqüentando esta tribuna parlamentar e concedendo suculentas entrevistas aos jornais — sempre na defesa do que o seu sentimento nacionalista impunha ao seu caráter e ao seu dever de homem público — se pôde fazer justiça ao compatriota que fora, outrora, a mais violentada de todas as vítimas já conhecidas na prática da política brasileira.

Velhos e moços puderam, então, bem compreender a enormidade dos sofrimentos impostos àquele que tivera a suprema coragem de parecer duro apenas para salvar a ordem pública e as finanças nacionais.

Arthur Bernardes, pelo respeito que infundia, pela legenda que era, aguçou o interesse coletivo em favor da causa nacionalista. O Parlamento apoiou-o, como o apoiou o povo. Do esforço hercúleo do grande estadista das Alterosas, já no crepúsculo da vida, resultou

a legislação que hoje fundamenta a proteção de todas as grandes riquezas naturais do Brasil e que é, fora de dúvida, toda a base da política nacionalista dentro da qual haveremos de afirmar a nossa presença na convivência mundial.

Arthur Bernardes, batido pelos anos, viu a hora de encontrar-se com o seu Criador. Católico, praticante e crente, sempre lamentou haver dado mais aos homens do que a Deus. Nunca escondeu seu dissabor entre o fato de que a vida pública lhe exigia todas as horas, deixando-lhe raríssimos instantes para o serviço da sua fé e do seu Senhor.

O povo — o povo mesmo, como massa e como elite — compreendeu o grande homem e festejou, nele, o estadista que Minas deu ao Brasil. Seu sepultamento, no Rio, foi uma apoteose. É que sabiam os humildes, como sabiam os ilustres, que Arthur Bernardes serviu, com amor e com entusiasmo, com dedicação e com coragem, ao Brasil que tudo lhe merecia, e tudo lhe mereceu. O Ministro Pereira Lima, outro velho companheiro na época da sua morte, teve a oportunidade de dizer:

"ainda estava em ascensão a sua vida pública quando parou o seu coração. Mas o espírito nunca fraquejou, porque ele não sabia capitular. Seu esforço não foi estéril e se projeta sobre nós, em plenitude, e cita Carlyle em conceito maravilhoso: "quando, a nosso lado, viveu um homem bom e nobre — nunca é ele, a nós, completamente arrebatado: deixa atrás de si um vestígio luminoso, semelhante a essas estrelas apagadas que da terra ainda se vêem, depois de muitos séculos".

Evocando-o, como velho companheiro e chefe, eterno admirador, felicito-me da honra de fazê-lo nesta Casa, em nome do meu Partido — do Movimento Democrático Brasileiro.

Terminando, nunca seria demais reproduzir aqui aquele documento sublime de humildade e de fé e de beleza de sentimento que nos legou nos últimos momentos de sua existência:

O fim do homem é Deus, para o qual devemos preferentemente viver. Eu, porém, vivi mais para a Pátria, esquecendo-me Dele. A ele devemos contas do uso que aqui fizemos de nossa vida — e eu a tive longa.

Receioso de não poder resgatar minha falta no pouco tempo que me resta, apesar de sua infinita misericórdia, peço aos meus amigos, correligionários e brasileiros de boa vontade, que me ajudem a supri-la com a sua prece.

E a minha prece mais ardente, como os meus votos mais puros, são no sentido de que o grande Presidente Arthur Bernardes, o grande crente, o religioso puro, haja encontrado o seu justo lugar à sombra da infinita misericórdia de Deus. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao último orador inscrito, nobre Deputado Bento Gonçalves.

O SR. BENTO GONÇALVES (ARENA—MG) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador José de Magalhães Pinto, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Dr. Célio Borja, Sr. Ministro da Justiça, Dr. Armandinho Falcão, representante de S. Ex^a, o Sr. Presidente da República, Dr. Elmo Serejo Farias, Governador do Distrito Federal, Senador Arthur Bernardes Filho, autoridades civis e militares, Srs. Congressistas, meus senhores e minhas senhoras: necessita o Brasil obter fórmula de divulgar, em termos a todos acessíveis, a vida edificante de Arthur Bernardes. Desfolhar-lhe a existência dia por dia, para estímulo de quantos nascem em berço de madeira, ou mesmo sem berço.

Carecem os moços sentir que o Brasil é na nação aberta, democrática, onde os despossuídos que se preparam, que se instrumentalizam podem atingir, exclusivamente por seus talentos, os postos culminantes da vida pública.

Precisa a juventude saber que, com estudo, com esforço, com determinação, com vontade férrea, um filho de pais pobres, no Brasil, consegue chegar a Presidente da República.

Arthur da Silva Bernardes, se ainda em nosso mundo, completaria amanhã cem anos.

Eurobrasileiro, veio à luz em Viçosa, filho da Sr^a Maria Aniceta Pinto Bernardes, e Antonio da Silva Bernardes, o primeiro advogado provisionado da cidade, que depois veio a ser seu Promotor de Justiça.

Com doze anos ingressou no Colégio Caraça, tendo de deixá-lo dois anos após, porque os progenitores não tiveram recursos para pagar-lhe os estudos.

Foi então trabalhar no comércio, em Coimbra. Tempos depois mudou-se para Rio Branco — sempre em Minas — onde na firma Telles & Cia., por dedicação e empenho, chegou a guarda-livros, cercado do respeito geral, aos 19 anos.

Mas não era esse seu ideal.

Transferiu-se então para Ouro Preto, entrando para o Externato do Ginásio Mineiro, para manter-se e custear os estudos passando a trabalhar como estafeta, e em jornal da localidade.

Em 1896, com 21 anos, foi aprovado no vestibular da Faculdade Livre de Direito de Ouro Preto.

Do 3º para o 4º ano, mudada a capital mineira para Belo Horizonte, ali prestou exames.

Em 4 de dezembro de 1899 estreou-se no foro criminal, defendendo um acusado em Viçosa.

Nesse ano transferiu-se para a Faculdade de Direito de São Paulo, onde cursou os dois últimos anos. Na Capital bandeirante trabalhou como revisor do **Correio Paulistano**, órgão oficial do Partido Republicano Paulista. Depois, como fiel de Cartório de Notas. E, em seguida, lecionou português e latim no Instituto de Ciências e Letras de São Paulo.

Em 2 de dezembro de 1900 foi diplomado Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, com distinção em todas as matérias — ele e Raul Soares — segundo noticiou o **Correio Paulistano** da época.

No dia imediato seguiu para Viçosa, atendendo a um impulso telúrico, onde só chegou a 9, sendo homenageado significativamente, pois era o primeiro viçosense a ser diplomado em Direito.

Com apenas dois meses de profissão, viu-se nomeado Promotor de Justiça de Manhuaçu, cargo que não quis assumir.

Durante os dois anos e meio que se seguiram somente advogou.

Em 1904 elegeu-se Vereador por Teixeira, antigo distrito de Viçosa, na chapa do Partido Republicano Mineiro.

Era, então, quem saudava as personalidades mais expressivas que apertavam na forma comuna montanhosa.

No ano que se seguiu foi eleito Presidente da Câmara Municipal, tendo renunciado ao cargo e aceito a Vice-Presidência.

Em 1905 eleito Presidente da Câmara, assumiu os encargos de Agente Executivo.

No ano seguinte, com 32 janeiros, elegeram-no Deputado Estadual.

Passados dois anos foi eleito Deputado Federal, vindo a exercer, em 1910, o cargo de Secretário de Finanças de Minas Gerais.

Em 1915, novamente Deputado Federal.

E três anos depois, Presidente de Minas Gerais.

Aos 46 anos, em 1921, foi eleito Presidente da República, mas Arthur Bernardes viveria ainda mais 34 anos a serviço do Brasil.

Defrontara-se, antes e depois de eleito Presidente, com a má-fé de adversários escondidos, tocaiados. Mas batera a todos, a tudo sobrepujando para a salvaguarda da autoridade e dos interesses do bem comum.

Com 54 anos elegeram-no Senador. Com 60, Deputado Federal. Com 71, Deputado Constituinte. Com 79, de novo Deputado Federal. E em 1955, com 80 anos, encerrou sua missão na Terra.

Quem folheia o livro de sua vida vai localizá-lo, impávido, no vértice de todos os movimentos nacionalistas.

Ninguém chegou a tais cumes na política brasileira sem se macular.

Nenhum Presidente da República ou Chefe de Estado teve mais compostura no posto.

Ninguém honrou e prestigiou mais a autoridade. Para Arthur Bernardes o culto da autoridade era um dogma.

Sua imensidade extravazou a moldura dos políticos mundiais de sua era.

Ministro do interior, cavaleiro nato, sabia quando tinha de usar rédeas curtas para sua proteção e em benefício da própria montaria.

Poucos homens foram tão grandes. Poucos tiveram consciência da dimensão de sua grandeza, e de sua estatura moral. Daí seus gestos imedieváveis, e as atitudes que só aos pequenos surpreendia.

Em recente conferência em Belo Horizonte, no Instituto Histórico, traçando em ouro e luz a trajetória de Bernardes, disse o Deputado Pinheiro Chagas:

“Os que não puderam sofrer a superioridade do gênio fizeram-se seus inimigos”.

No equacionamento dos problemas brasileiros, assumindo ou recomendando posições, só teve em toda sua retilínea e austera existência uma única medida: o interesse do Brasil.

Os que jamais lhe perdoaram tamanha atitude alegam que seu Governo não foi perfeito. Mas nós não estamos aqui a falar de um santo, mas de um homem. Sobre um brasileiro que exercitou, soberanamente, o superiorato da política nacionalista de seu tempo.

Generalizar-se-á, com o conhecimento globalizado de sua patriótica atuação, o desaplauso da Nação à atitude dos poucos que, transeuntemente, lhe negaram valor, vãmente tentando obscurecer-lhe a obra edificada. A posteridade subirá de sua história qualquer desdouro que lhe hajam epigramaticamente atribuído.

Seu legado de nacionalismo constitui bandeira que Minas jamais deixará tocar o chão.

Ninguém foi mais brasileiro do que Arthur Bernardes.

Ninguém cultuou a dignidade com mais nobreza.

Sempre foi difícil — e muitas vezes até impossível — a certos estadistas que alcançaram o posto máximo em seu país, manter a mesma estatura em cargos políticos de menor expressão, depois de cumprido o mandato supremo. Terminado seu período na Presidência da República, Arthur Bernardes como Senador, depois como Deputado Federal, como Constituinte, como cidadão sem mandato ou no exílio, continuou sempre o Presidente. Jamais desceu do pedestal da grandeza em que o guindou o voto livre do povo brasileiro.

Altivo por excelência, seu valor pessoal soberanalizou-lhe os gestos, excelsizando-o na veneração dos liderados e na admiração de quantos — nacionais e estrangeiros — conheceram-lhe de perto.

Sua personalidade singular preencheu sua época; plenificou seu século.

Ninguém soube, melhor do que ele, ser imenso em tudo. Mas sua grandeza não humilhava, antes, atraía e cativava, fazendo amigos e somando correligionários. O povo não queria saber qual era a causa, mas se esta fora abraçada por ele, então ficavam todos com Bernardes, com o líder nato.

Amavam-no adultos e crianças. Na referida e luzidia conferência, contou Pinheiro Chagas:

“Sarita Brant era uma garotinha, quando Bernardes presidia Minas. E um dia disse a seu pai, Mário Brant, e este a mim: “A gente gosta do Presidente porque ele fala com a gente como se a gente já fosse gente”.

Sempre mais de atitudes do que de palavras. Mas tanto falava a linguagem do trono como a da juventude. Comunicando-se perfeitamente tanto com o mais sofisticado Chefe do Estado estrangeiro, quanto com o mais humilde homem de seu povo.

No Congresso Nacional, numa simples comunicação à Casa ou à Nação, pronunciava-se em estilo ético, puro e elegante. Estilo que, em linguagem menos solene, podemos chamar de enxuto. Não seco. Jamais. Bernardes sempre se valia de amaciamientos lingüísticos. Ora iluminando, ora colorindo, ora musicando as frases.

Mal chegava à tribuna estugiam palmas, do Plenário e das galerias; de seus pares e do povo.

Certos feitos bernardistas hoje relatados parecem lenda.

Abrindo-se o **Diário do Poder Legislativo**, de 16 de fevereiro de 1946 — era esse o nome do D.C.N. à época — na segunda coluna lê-se, a seguir ao nome de Arthur Bernardes: (**Palmas no recinto e nas galerias.**).

É que, mal o Presidente anunciava seu nome, enquanto se encaminhava para o microfone, mesmo antes de proferir a primeira palavra, subiam palmas do Plenário, e choviam aplausos populares das galerias ao brasileiro que há 20 anos havia concluído seu mandato presidencial no Palácio do Catete!

Mas essas espontâneas ovações não se dirigiam só ao ex-Presidente da República, ao ex-Senador, nem ao Deputado presente, mas ao mais combativo e destemido nacionalista patricio, que, esquecido sempre de seu próprio interesse, defendia os direitos de sua gente contra a desenfreada cobiça estrangeira.

Nele o povo identificava um dique intransponível contra todas as investidas alienígenas com pretensão de carregar nossas riquezas.

Bernardes não pregou; praticou o nacionalismo em toda a sua plenitude. Não adotou o nacionalismo; criou o **bernardismo**, que mantém o Brasil como a meta suprema de todo o esforço nacional.

O **bernardismo** visa a manter para nós o que nosso é. Nega a alienação dos valores que podem ser multiplicados intrafronteiras nacionais, em benefício dos brasileiros em sua totalidade. Quando certos minérios extrapassam os lindes do País — quase sempre pelo ar, de clandestinos aeroportos — uns poucos maus patricios se enriquecem, em detrimento dos demais, e em maior favor dos adquirentes (ou rapinantes?).

O **bernardismo** não é só o brasileiro — fenômeno psicossocial de exaltação permanente do Brasil. É muito mais. Constitui uma doutrina de agudo sentimento patriótico, a colocar o interesse nacional acima de tudo e de todos. Não vê à sua frente senão o Brasil, com seus direitos a preservar, seu território a defender, suas riquezas do solo, sobre-solo e subsolo a proteger e a multiplicar em favor do povo brasileiro.

A Nação jamais terá manifestações bastantes de louvação a esse vulto sobreexceleso. Urge promover o Ministério da Educação e Cultura um concurso para premiar o mais sugestivo trabalho a respeito da obra, dos feitos e do nacionalismo de Arthur Bernardes, com o livro premiado, mandando fazer um filme colorido de longa metragem.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, inteligência, moral, virtudes, Bernardes as pôs sempre a serviço do País.

Severo na Presidência da República, todavia jamais ordenou uma injúria à dignidade humana.

Sobremodo surpreendente sua bravura pessoal, traço marcante de sua personalidade.

Quando ainda estudante da antiga Faculdade Livre de Direito de Ouro Preto, descobriu Floriano Peixoto, o Marechal de Ferro, por cuja figura hierática passou a alimentar crescente admiração e em cujas atitudes por vezes mirava inspiradoramente.

Flexível, politicamente, jamais transigiu, entretanto, com a honra. Não foi homem de vergar-se.

De ilustração variegada e sólida, sempre em acrescentamentos atualizados, manejava-a com mestria.

Sensível às transverberações do espírito, na superioridade de sua nobreza não regateava aplausos às manifestações da inteligência alheia, ainda às de um adversário.

Sobrestimava quando dizia respeito à sua gente e à sua Pátria. Não distinguia entre o interesse do País e o dos que o habitam. Era o Brasil para os brasileiros, indissociadamente. Não separava, desagregava ou desunía. Somava sempre.

A serviço de seu nacionalismo, numa luta sem tréguas, toda uma vida sem crepúsculo.

Sua existência, para os poetas, uma noite de plenilúnio. Para os políticos, radioso dia ensolarado.

Pinheiro Chagas, na aludida conferência, que todo o Brasil precisa ler para ler e reler, falando nos 42 meses de estado de sítio de seu mandato presidencial, enfatizou com oportunidade excepcional:

"... a despeito das inúmeras prisões, nunca foram violados os direitos civis e as garantias constitucionais, funcionando em liberdade a Justiça e o Parlamento, com os discursos de uma oposição aguerrida divulgados diariamente pela imprensa."

A seguir, pincelou:

"Bernardes tinha a insolência e as cóleras da democracia."

E mais adiante, mencionando a célebre frase de Bernardes de 1932 — "Quanto a mim fico com São Paulo, porque para São Paulo se transportou a alma cívica do Brasil" — cuja correção por ele proposta foi logo aceita pelo Presidente, aditou:

"Evoque o episódio para mostrar que Bernardes, tantas vezes deformado pela crítica jejuna, era um homem de diálogo, acessível ao debate e permeável à controvérsia."

E em mármore de estatutária modelando um perfil para a História, sintetizou:

"Bernardes era um homem positivo, vertical, definido, inteiriço, inconsútil."

O inimitável Presidente assistiu em seu período de Governo: em 1923, a revolução do Rio Grande do Sul; no ano seguinte, a de São Paulo; e de 1924 a 1926, a Coluna Prestes.

Ao recusar esquecimento aos revoltosos, teve ensejo de acentuar:

"A anistia constitui medida política que a Nação outorga espontânea e livremente, em seu próprio benefício, mas não é nem pode ser favor que se exija de armas na mão contra ela mesma e contra seus representantes. Defenderei até o último alento de minha vida o prestígio da autoridade que me foi entregue e isso justificará a confinação em mim depositada."

Quando presidia o País Epiácio Pessoa, a Itabira Iron Company conseguiu contrato para explorar o ferro brasileiro. Iria possuir estradas de ferro, portos marítimos privativos. Não utilizaria matéria-prima nacional, pois até o carvão viria da Inglaterra. E ainda seria dispensada do pagamento de impostos por 60 anos! Teria a concessão das jazidas de Minas Gerais, sem nada pagar ao Tesouro Nacional.

O Tribunal de Contas da União, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, negou registro ao contrato por lesivo aos interesses nacionais, em gesto digno de todos os aplausos. Mas Epiácio ignorou essa decisão e determinou se efetivasse o acordo.

Afortunadamente, na Presidência de Minas Gerais se encontrava Arthur Bernardes. E para a validade do contrato indispensável era a aquiescência do Governo mineiro. Bernardes recusou-se a assiná-lo e denunciou o acordo como antipatriótico.

Que estava certo o imedível montanhês, e que sobremaneira objetivo era seu nacionalismo, comprova-no os registros de hoje: a exploração do ferro brasileiro por nós mesmos, entre outras inescrivíveis vantagens, já nos deu excelente ferrovia, a Vitória-Minas; o maior e mais bem equipado porto de minérios do mundo, o de Tubarão; e mais de 100 milhões de dólares por ano!

Na prática de seu **bernardismo**, nosso homenageado deste momento atuava a conhecida advertência de Rui, ao final da "Oração aos Moços", de 1921:

"Agora, o que a política e a honra nos indicam é outra coisa. Não busquemos o caminho da volta à situação colonial. Guardemo-nos das proteções internacionais. Acautelemo-nos das invasões econômicas. Vigie-mo-nos das potências absorventes e das raças expansionistas."

Em brilhante conferência em Belo Horizonte, no mês passado, em comemoração do centenário do nascimento do Bernardes, ensejou-se a oportunidade de Clóvis Salgado testemunhar:

"Atuando, durante mais de meio século, com admirável coerência, em postos-chaves ou em virtude da indiscutível liderança política que exercia, não apenas no âmbito de seu partido, mas também no seio do povo, Bernardes tornou-se o chefe e, depois, o símbolo da resistência nacionalista. Era tão sincero nessa convicção, considerava tão fundamental para o futuro do país resguardar seus recursos naturais, que não hesitou em subir os degraus do Catete, para cumprimentar o Presidente Vargas, tradicional inimigo, quando da assinatura da PETROBRÁS. Nesse gesto estava toda a grandeza do homem que põe, acima das paixões pessoais, os sagrados interesses da Pátria. Tinha ele um profundo sentimento de dever para com o Brasil, a que se julgava com a indeclinável obrigação de servir, com todas as suas forças, até o fim."

E finalizando, enfatizou com luzimento:

"Com tanta grandeza interior e tantos serviços prestados à coletividade, Bernardes venceu a fatalidade da morte, perpetuando-se na memória das gentes e na gratidão da Pátria."

Apesar de tudo isso, esse homem não foi conhecido em toda sua imedibilidade. Teve inimigos. Em 1932, terminada a Revolução Constitucionalista, durante a qual estivera preso na ilha das Cobras e na ilha do Rijo, no Rio de Janeiro, quando de sua partida para o exílio, em Portugal, em companhia de Armando Sales, Lindolfo Cólôr, Mário Brant, Otávio Mangabeira e Júlio Mesquita Filho, foi vítima de um atentado, de que saiu ferido seu filho.

Ainda uns poucos, ao tempo da Presidência, pesadamente o injuriaram. Mas cedo ele cristamente os olvidou, convicto de que o maior castigo da injúria é havê-la feito.

Com a fidalguia de maneiras em que jamais foi sobrepujado, nosso aristocrata era polido, grave, sério, circunspecto, solidário, leal. Arthur Bernardes, Senhores, era ímpar. Era sempre ele mesmo. Era só ele, na sua imutável e sempiterna autenticidade!

Em 19 de agosto de 1934 tornou do exílio, quando a Constituição promulgada naquele ano tinha apenas 34 dias, e longe estava a Nação de sequer desconfiar que iria durar somente três anos.

Ma Bernardes não cruzou os braços, não aquietou sua ação, não ensarilhou as armas. Voltando à luta pela salvação da Pátria entrou a desaposar os caciques da política que desserviavam ao Brasil.

Eleito Deputado Federal, na primeira Sessão Legislativa da IIª República integrou a Oposição, onde sobressaiu como de suas figuras mais proeminentes e combativas.

Corria o ano de 1937. A pretensão da Itabira Iron voltou à tona. No transcurso da sessão da Câmara de 18 de junho, pronunciou longo discurso, deixando transparecer sua velha obsessão pela siderurgia nacional. Sua fala silenciosa e religiosamente ouvida só a interromperam uns poucos para solicitar esclarecimentos, e uns muitos para exaltar-lhe a transcendência.

Do cimo da procedência absoluta da tese aguerridamente defendida, avultou Bernardes:

"É o futuro do Brasil que se atira criminosamente pela janela, como se faz com um traste incômodo e imprestável. É uma herança que se usurpa aos nossos filhos e aos seus descendentes. É a quebra da intangibilidade de nossa soberania, a que se irá por limites, se não é a sua própria sorte que se vai jogar nesta parada arriscadíssima.

Em vez de darmos a concessão, abramos nós mesmos saída ao nosso minério para os mercados, aparelhando a Vitória-Minas, os cais e as companhias nacionais de navegação. Os navios brasileiros nos trarão de retorno o

carvão necessário ao nosso consumo, inclusive para o fabrico de ferro e do aço."

Quem ousaria contestá-lo?

Os aplausos espocaram de todos os cantos, e até os adversários se levantaram para ir abraçar o orador que descia da tribuna, subindo cada vez mais na admiração e no conceito de seus ilustrados pares.

Baixado o pano opaco do 10 de novembro, somente em 1945 viria ser descerrado.

Engajou-se Bernardes no movimento da reconstitucionalização, com o mesmo entusiasmo dos jovens, apesar de seus 70 anos!

Ecolhido para presidente do Partido Republicano, nas eleições de 2 de dezembro foi o mais votado dos representantes do Estado de Minas Gerais para o Congresso Nacional.

Como constituinte fizeram-no membro da 6ª Subcomissão, encarregado de disciplinar a "Declaração de Direitos", que lhe oportunizou recolher novos sucessos e registrar outras vitórias legislativas.

Insurgindo-se contra a criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica, bateu-se denodada e intransigentemente. Na sessão da Câmara de 14 de fevereiro de 1950, explicava:

"Na minha vida de homem público, adotei sistema que representa mais uma virtude do que um defeito: é o de nunca opinar sobre os assuntos de interesse público sem estar completamente esclarecido. E, para isso, dou-me ao trabalho de previamente reunir os elementos capazes de esclarecer-me. Depois de esclarecido passo a opinar, a resolver. E costume ser inflexível na execução. Alguns consideram-me pertinaz; outros, talvez insistente em demasia, senão talvez teimoso. Mas é que entro nessas questões sabendo o que faço, o que quero e a que objetivos viso. No caminho da execução não posso, portanto, prestar atenção aos críticos apressados que não se deram ao trabalho a que previamente me entreguei."

Quem lhe poderia negar a absolvição de certos posicionamentos, frente a justificativa tão convincente?

Ainda referentemente ao assunto, nas centenas de pronunciamentos no Congresso e fora dele na sessão de 23 de março daquele mesmo ano, em afirmação inatacável:

"A questão da Hileia não é questão minha, não é tema partidário, não é assunto político senão em sua mais alta expressão — é de interesse nacional."

Com tenacidade invencível pela exploração estatal do petróleo, produziu páginas memoráveis. O Clube Militar, que o combatiera em 1921, em 7 de abril de 1948 abre-lhe as portas para a histórica conferência daquela data. Teve, então, S. Ex^a, o ensejo de ressaltar:

"O Brasil tem enorme dívida externa e interna a resgatar, responde por um vasto território que reclama meios de transporte em vias férreas, rodovias e rotas aéreas; transportes marítimos e ferroviários; portos e bases aéreas, com as respectivas aparelhagens; saneamento no interior; alfabetização de milhões e milhões de brasileiros com pouca eficiência no trabalho por não saberem ler nem escrever; mecanização e adubação das lavouras, tudo isso formando uma série de graves e dispendiosos problemas, para cuja solução encontrará recursos nas fontes de lucro do petróleo. Um país, assim onerado de tantos encargos e responsabilidades, não tem o direito de usar de liberalidades em favor de estranhos. Só a lembrança do estado de penúria em que, nos campos, vivem as abandonadas massas que trabalham e produzem, sem pão e sem vestuário, dispensa-nos de encarecer o que representa o valor do petróleo para a economia brasileira."

E nesta Casa, na sessão de 2 de fevereiro de 1950:

"O Brasil, Srs. Deputados, é um grande país, mas não é uma grande Nação; precisa, porém, sê-lo, e tem todos os elementos para isso: território imenso, que vale por um continente, recursos inumeráveis, 50 milhões de habitantes, e raça inteligente. Temos, entretanto, vivido a comprometer o futuro do Brasil e precisamos despertar para evitar que isso continue. Sem o petróleo nunca o Brasil será uma grande Nação."

E a luta prosseguia, incansável, ano após ano, com o estímulo do povo partido de todos os rincões da Pátria. Na sessão de 20 de maio de 1952 lê, entre os telegramas recebidos, o do Presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto:

"Ocasião Conferência General Valério Braga realizada neste Centro vg acadêmicos et povo paulista de pé ovacionaram repetidas vezes nome Vossência intransigente defensor petróleo brasileiro."

Bernardes não se arrependia jamais dos sacrifícios. Na sessão de 15 de setembro de 1953, assim se expressara:

"Sou um político que imolou sua popularidade no serviço de seu país. Não me arrependo, porém, disso. Creio que por esse preço lhe terei prestado serviço de alguma valia: o minério de ferro ao tempo da Itabira; a Hiléia Amazônica mais recentemente, e por último, o petróleo, custaram-me e a quantos se empenharam nesses debates enormes sacrifícios."

Mas ele se dava por satisfeito:

"O caminho palmilhado tem sido às vezes áspero, mas nunca me faltou no curso da jornada o galardão a que sempre aspirei — a paz de minha consciência e o conceito de meus concidadãos."

Que homem público desejaria mais?

Editorial de **O Globo**, de 19 do mês passado, sob o título "Acima de tudo, um homem íntegro", revelando excepcional penetração, resumiu magistralmente a atuação desse nacionalista sem par:

"Toda a vida pública de Bernardes norteou-se por um princípio: agir no presente sem comprometer o futuro."

Nenhum brasileiro permanecerá por mais tempo tão vivo no respeito de seus concidadãos.

Herdou dos pais a fé religiosa e um acatamento reverencioso pela dignidade humana. Com essa formação, reconheceu sempre os direitos naturais do homem, e proclamou os direitos sobrenaturais de Deus.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estimamos que os brasileiros de hoje conheçam nosso homenageado em toda a infinitude de sua grandeza, para que as gerações porvindouras, mirando-se em seu copioso exemplário, passem a cultuar-lhe a memória.

Nenhum país sobrevive sem raízes, sem modelos, sem tradição.

Urge povoemos de ídolos os altares de nossos templos. Não interessa sejam poucos, sejam raros; importa, isto sim, sejam autênticos.

Encerrando esta desluzida fala, significamos a reverência de nossa veneração, e o agradecimento pela indimensionável herança de seus exemplos construtivos, e pela Bíblia do Nacionalismo que nos legou, com pregações de atualidade insuperável, em páginas imarcescíveis.

Ao transcurso do centenário de seu nascimento a Nação se ajoelha e rende-lhe o preito de sua homenagem e de sua gratidão, por tudo quanto fez e por tudo que tentou realizar em proveito da Pátria.

E às indagações que emergem: mas, afinal, um homem com tal abnegação, com tal capacidade de perseverar, ainda aos 80 anos de vida bem sofrida, na trincheira da defesa do patrimônio nacional, com todo esse desprendimento, onde ia buscar tanta força? De que reservas se socorria? De que essência era feito? Acode-nos a explicação, que ufana e orgulhosamente proclamamos: o mineiro simples de Viçosa, que teve de sacrificar anos e anos da meninice e da juventude trabalhando para sustentar-se e pagar os próprios estudos, e que a tais culminâncias atingiu com seu exclusivo esforço, constitui o testemunho eloquente de que, segundo o ensinamento bíblico, o homem foi estatuído à imagem e semelhança de Deus. **(Palmas prolongadas.)**

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Reiterando, em nome do Congresso Nacional, os agradecimentos pela presença de ilustres autoridades civis e militares e da família do Presidente Bernardes, encerro a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 20 minutos.)

ATA DA 97ª SESSÃO CONJUNTA, EM 7 DE AGOSTO DE 1975

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

**PRESIDÊNCIA DOS SRS. MAGALHÃES PINTO,
WILSON GONÇALVES E BENJAMIM FARAH**

Às 19 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira —

Italívio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes —

MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Climaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Moraes — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Ney Lopes — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Petrólio Figueiredo — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA; Otacílio Queiroz — MDB.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Monsenhor Ferreira Lima — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murillo — MDB; Thales Ramalho — MDB; Carlos Alberto de Oliveira — ARENA.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto

Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odílio Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Vieira Lima — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanella — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Dasso Coimbra — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanuel Waissmann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Sally — ARENA; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Lysáneas Maciel — MDB; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Áccio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fossêca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira da Gama — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Silvío Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

A.H. Cunha Bueno — ARENA; Adalberto Camargo — MDB; Airon Sandoval — MDB; Ailton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athié Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blotta Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB;

Lincoln Grillo — MDB; Marcelo Gato — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santilo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; José de Assis — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Belinati — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ari Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Aroldo de Carvalho — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nadyr Rossetti — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 63 Srs. Senadores e 359 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Viana.

O SR. LUIZ VIANA (ARENA—BA) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Faleceu recentemente, em Lisboa, o Dr. Nuno Simões, antigo Ministro português e um dos melhores amigos que o Brasil teve, na terra onde possui tantos amigos.

Para reverenciar a memória daquele grande amigo do Brasil e dos brasileiros, gostaria fosse incorporado aos nossos Anais o artigo publicado no *Jornal do Brasil* de 5 do corrente, pelo escritor Josué Montello, e que passo a ler:

O ÚLTIMO GENTIL-HOMEM PORTUGUÊS

A morte do Dr. Nuno Simões, ocorrida em Lisboa, na semana passada, foi noticiada, aqui no Rio, em duas linhas de jornal. No entanto, para todos os brasileiros que tiveram a boa fortuna de seu convívio, essas duas linhas sóbrias, ao pé da página, constituíram pretexto para a mais profunda consternação — embora todos nós soubéssemos que a vida, para ele, em sua pátria, nas atuais circunstâncias, era certamente um sacrifício imerecido.

É natural que outras pessoas queiram saber quem foi o Dr. Nuno Simões. A resposta é fácil, e cabe mesmo numa breve linha: o derradeiro gentil-homem de Portugal. Direi ainda: o último e o mais perfeito.

O poeta José de Almada Negreiros sustentava a tese de que cada ser humano nasce bem ou mal-educado. Não seriam a escola e o convívio social que fariam os homens polidos. Estes já trariam do berço, como um dom da natureza, o bom gosto da polidez.

O Dr. Nuno Simões ilustraria esplendidamente a tese do poeta. Ninguém mais fino, mais gentil e mais cordial, e por uma emanção de sua personalidade — sem qualquer artifício ou premeditação.

A própria figura física do Dr. Nuno Simões — alta, robusta, saudável — ajustava-se ao papel feliz que o destino lhe reservara. No rosto rosado trazia ele — para empregarmos aqui uma expressão que encontrei em Camilo Castelo Branco — umas bochechas contentes. Até no riso era discreto. Mas todo o seu semblante irradiava aquilo que poderíamos definir como a alegria da cordialidade.

Certa vez, chegamos a Lisboa — minha mulher e eu — sem dar aviso a qualquer um dos bons amigos que tínhamos lá. No aeroporto, por isso mesmo, nenhum deles estava à nossa espera. Eu havia escrito diretamente à gerência do hotel, na Avenida Sidónio Pais, para reservar as nossas acomodações. Na portaria, depois das formalidades habituais, recebi a chave do apartamento. E lá em cima, quando lhe abri a porta, dei com uma fina corbelha das mais lindas rosas portuguesas — com um cartão do Dr. Nuno Simões.

Contei o fato a Elmano Cardim. E Cardim, sorrindo:

— Conosco aconteceu a mesma coisa; na cidade do Porto. Ao entrar no quarto do hotel, lá estavam as flores do Nuno Simões. Desci à portaria para tentar esclarecer aquele mistério. E o porteiro me contou que, sempre que um brasileiro reservava aposentos no hotel, ele tinha ordem de dar um aviso ao Dr. Nuno Simões, em Lisboa. De lá mesmo o Dr. Nuno providenciava as flores e o cartão.

E não ficava aí. Se tínhamos um problema, ele prontamente o resolvia — com a ajuda prestimosa de seus amigos

portugueses. Diariamente o telefone soava, à mesma hora, para saber se estávamos sendo bem tratados. Embora ocupadíssimo, o Dr. Nuno Simões punha-se às nossas ordens para tudo. Por fim, como se todas as suas atenções não bastassem, levava-nos a almoçar no Tavares, no centro de Lisboa — para ter o gosto de informar-se sobre o Brasil e os outros amigos brasileiros.

Ao deixarmos Portugal, havia ainda um rito da amizade do Dr. Nuno Simões que nunca deixava de ser rigorosamente cumprido: o das duas garrafas de vinho do Porto, que ele nos trazia à hora do embarque.

De longe, quando ia ficando para trás "a terra formosa de Portugal, tão cheia de graça amorável", víamos ainda o Dr. Nuno Simões, alto, forte, rosado, a nos acenar com seu chapéu.

Esse homem ilustre, sócio correspondente da Academia Brasileira, antigo Ministro da velha República portuguesa, jornalista militante, não dava notícia a seus amigos brasileiros, já fazia muitos meses. Adversário do Dr. Oliveira Salazar, fizera-lhe, sempre com elevação, as suas divergências políticas, nas colunas de *A República*, de que era diretor. Ultimamente, como se sabe, o jornal lhe foi arrebatado, quando os gráficos, com a impaciência de suas idéias radicais, passaram a ocupar também a sala da redação.

Disso não se queixou a ninguém o Dr. Nuno Simões. Não podendo concordar nem transigir, preferiu calar-se, do alto de seus 80 anos de altos serviços prestados à cultura portuguesa. Duas vezes pedi notícias suas. E só recentemente as recebi: uma, há 15 dias, quando me enviou, com um cartão, o catálogo da Biblioteca Assis Chateaubriand, por ele criada e mantida em Fátima; outro, três dias depois de sua morte, recomendando-me um amigo, jovem advogado.

Nos últimos anos, vergado pela enfermidade, que parecia pôr-lhe um fardo invisível sobre as espáduas atléticas, o Dr. Nuno Simões firmava-se na bengala, rijamente, teimosamente, e erguia a cabeça — ainda de bochechas rosadas e olhos felizes. Por mais de uma década, sem perder o bom humor nem deixar de ir ao encontro de seus amigos brasileiros, travou o duro corpo-a-corpo com a doença. E só agora foi vencido, talvez menos por ela do que pelo infortúnio, ao sobrevir-lhe aquela impressão — que certamente seria efêmera — da "pátria para sempre passada" e da "memória quase perdida", com que Eça de Queirós encerrou *O Crime do Padre Amaro*.

Lembro Eça de Queirós, e lembro bem, a propósito destas recordações afetuosas do Dr. Nuno Simões.

Há dois anos, fui chamado ao telefone por uma pessoa que eu não conhecia e que desejava visitar-me para me entregar um pequeno volume mandado pelo Dr. Nuno Simões. Imaginei que o velho amigo, sabendo que já fazia algum tempo que eu não ia a Portugal, se havia lembrado de mandar-me as suas habituais garrafas de vinho do Porto.

Não, não eram. Ao abrir o pacote, que senti pesado e compacto, o que dali saiu foi o bronze de Eça de Queirós, por Teixeira Lopes, e que o querido amigo me enviava, com o seu cartão.

Um amigo assim, obra-prima das gentilezas mais requintadas, não se encontra outro na vida, por mais longo que seja o nosso caminho. É exemplar único, com a marca inconfundível da bondade de Deus. O Dr. Nuno Simões conseguira saber, na minha última passagem por Lisboa, que eu andara a procurar pelos antiquários um pequeno busto de Eça de Queirós. Dois anos depois, ainda se lembrava desse meu interesse.

Não fui eu apenas que perdi, com a morte desse lusiada exemplar, o amigo excepcional. Foram todos aqueles que o conheceram. A rigor, o Dr. Nuno Simões não distinguia os

amigos — tratava-nos à sua maneira. Entre brasileiros e portugueses, queria ser o que realmente foi: o permanente traço de união.

Agora, que a sua vida se concluiu, podemos reconhecer, emocionados, que não foi outra a sua missão neste mundo. E que ele cumpriu de alma radiante, com muita luz nos olhos — a luz que lhe vinha do coração.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB—RJ) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Associação Comercial e Industrial de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, atendendo à solicitação do seu associado Paulo Lima, vem de encaminhar-me cópia de substancioso expediente firmado por vários industriais do ramo de bebidas do Município de Nova Friburgo, RJ, que foi dirigido ao Ministro da Agricultura e ao Governador do novo Estado do Rio de Janeiro, no qual pleiteiam total reformulação da Lei nº 5.823, de 14 de novembro de 1972, regulamentada pelo Decreto-lei nº 73.267, de 6 de dezembro de 1973.

Sr. Presidente, ao fazer a leitura da documentação recebida, para que conste dos Anais do Congresso Nacional, permito-me ressaltar o importante papel que as indústrias de bebidas representam para a economia fluminense. Como tal, caso não sejam consideradas pelas autoridades competentes as razões dela constantes, os novos encargos fiscais, acrescidos das multas fixadas, promoverão inevitavelmente o fechamento dessas indústrias, levando ao desemprego milhares de trabalhadores.

Por isso, associo-me às justas reivindicações formuladas, perante as autoridades federais e do Estado do Rio, pelos industriais fluminenses do ramo de bebidas.

Eis o expediente recebido:

Nova Friburgo — RJ, 12 de junho de 1975.

PALMAR BEBIDAS E REFRIGERANTES

Sr. Paulo Lima

A.C. e I. de Duque de Caxias.

Refº/ — Registro de Bebidas — Lei nº 5.823

Prezado Colega,

Anexo, estamos remetendo a V. Sª para seu conhecimento, cópia do memorial que endereçamos aos Senhores Ministros e ao Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro, solicitando apoio dos mesmos, no sentido de resolver o problema criado para nós, empresas pequenas ou de médio porte, para atender ao disposto na lei em referência.

Acreditamos ser o problema não somente das indústrias de bebidas de Nova Friburgo, mas também, de outras cidades, e gostaríamos de contar com a adesão de V. Sªs, exercendo sua influência junto a Senadores ou Deputados seus conhecidos, visando finalmente resolver essa situação.

Também, seria interessante que essa indústria fizesse chegar ao conhecimento da Associação Comercial e Industrial dessa cidade, do que realmente está se passando com o nosso ramo de indústria, fazendo com que aquele Órgão também nos ajudasse.

Limitados ao exposto e contando em merecer sua honrosa atenção, firmamo-nos mui,

atenciosamente,

Fábrica de Bebidas Caledônia Ltda.

Luiz Paulo Moreira da Costa

—Sócio Gerente—

Nova Friburgo—RJ.

Os signatários do presente, homens ligados a indústria de bebidas na cidade de Nova Friburgo-RJ, vêm mui respeitosamente à presença de V. Exª para expor o seguinte:

1. Com o advento da Lei nº 5.823, de 14-11-72, regulamentado pelo Decreto-lei nº 73.267, de 6-12-73, ficaram as indústrias de bebidas obrigadas a registrar seus produtos no Ministério da Agricultura.

2. ocorre que, atendendo a disposição do Decreto-lei nº 986/69, de 21-10-69, vigente até a entrada em vigor da Lei nº 5.823/72, todas as indústrias de bebidas mantinham registros dos seus produtos no Órgão próprio, atendendo ao Diploma Legal, cuja validade, se extinguiu após 10 anos das datas de suas concessões;

3. face a omissão da Lei, com relação ao reconhecimento dos registros efetuados com base no Decreto-lei nº 986/69, anterior à Lei nº 5.823/72, o Sindicato das Indústrias bebidas em geral dos Estados do Rio de Janeiro e ex-bebidas em Geral dos Estados do Rio de Janeiro e ex-Guanabara com fulcro no art. 137, Decreto-lei nº 73.267/73, **verbis**:

"Art. 137. Os casos omissos serão resolvidos pelo Ministro da Agricultura."

Endereçou memorial àquela Autoridade visando dirimir as mesmas dúvidas que até hoje persistem, do qual, recebem resposta em 5-5-75, tendo o Sr. Dr. Marcos Neusi Netto, Assistente Jurídico daquele Ministério, opinado "pelo não conhecimento da consulta, por falta de amparo legal";

4. apesar de julgar impertinente o Parecer da Divisão Jurídica do Ministério da Agricultura, já que o mesmo antes de aclarar uma situação, foi elaborado ao arrepio de uma Lei Maior e até mesmo do Código Civil, não reconhecendo direitos adquiridos e já consagrados pelo Decreto-lei nº 986/69, houveram por bem, os industriais friburguenses, a fim de se enquadrarem nos ditames legais, providenciar novamente seus registros;

5. mas, Senhor Ministro, não conseguiram seus intentos, que é o respeito à Lei, de vez que, o Órgão encarregado dos registros, alegando haver terminado o prazo legal, informa não ter instruções como proceder, embora tivessem ainda informado de que os retardatários são passíveis de multa de 5 (cinco) salários mínimos, **por produto**, além da taxa de registro de 1 (um) salário mínimo.

6. Estranhável o pagamento de multa, pois, no entender dos consulentes, havia e ainda há, dúvidas quanto a aplicação da Lei Nova, e ao formularem consulta, novos prazos deveriam ser concedidos para o fiel cumprimento dessa mesma Lei.

7. Para V. Exª sentir mais de perto o problema, as indústrias de bebidas de Nova Friburgo, chegam a ter em suas linhas de produção, mais de 40 produtos, cada uma, sujeitos a novos registros, e se tomarmos como base o custo desses registros, mais a multa de 5 (cinco) salários mínimos, (Cr\$ 2.664,00), teremos uma despesa extra de cerca de Cr\$ 127.872,00, o que ocasionará fatalmente, o encerramento de suas atividades.

8. Com este evento, não somente haverá um desemprego em massa, que poderá se transformar num novo problema social, como também, os Erários públicos (Federal Estadual e Municipal), sentirão os seus efeitos, com a significativa redução no recolhimento de Impostos.

9. E há de ser ressaltado que os industriais querem se enquadrar dentro das normas legais, mas é preciso que as medidas necessárias não venham a estrangular suas finanças.

10. Diante tão tormentosa situação, vemo-nos na contingência de apelar para V. Exª, no sentido de utilizar os meios ao alcance desse Ministério, visando seu apoio para a sobrevivência deste ramo da indústria, reforçando assim, o

desejo do Governo Federal em ampliar o entrosamento fisco-contribuinte, buscando a verdadeira Justiça Fiscal.

Nestes termos, aguardamos, um pronunciamento de V. Exª certos de que, nossa pretensão encontrará a acolhida devida, por ser da mais inteira Justiça.

Fab. Bebidas Caledônia Ltda.

E. Mussi & Cia. Ltda.

Cunha, Ramos Ltda.

Irmãos Pollo Ltda.

Fáb. Bebidas Taça de Ouro Ltda.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alípio Carvalho.

O SR. ALÍPIO CARVALHO (ARENA—PR) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Paraná sofreu intensamente as geadas ocorridas nos dias 19 e 20 de julho último.

A sua cultura cafeeira, com mais de 950.000.000 de pés de café em produção, foi toda queimada. O trigo sofreu uma perda de mais de 50%, havendo regiões em que o prejuízo foi quase total. O pasto que alimenta um dos grandes rebanhos bovinos do País também foi fortemente afetado, tornando-se ainda altamente incendiário e assim causando justificadas apreensões, não só aos pecuaristas mas também às populações rurais.

Felizmente, a safra de café deste ano pouco sofreu, estando ainda em mais de 80% nas mãos dos produtores, o que lhes garantirá um preço compensador, como já está ocorrendo. O trigo, para muitos produtores que atenderam às recomendações do Governo — de usarem o PROAGRO, como seguro à lavoura — terá atendimento razoável, embora outros produtores não tenham a mesma sorte, porque não puderam considerar aquelas recomendações.

O quadro econômico e social paranaense é, assim, bastante delicado, pois os efeitos dessa geada far-se-ão sentir por alguns anos à frente.

O café recuperado ou novamente plantado só poderá dar nova safra a partir de 1978 e, até lá, grande parte da população trabalhadora rural ver-se-á obrigada a procurar outras atividades, porque as culturas de soja e do trigo, por serem mecanizadas, não poderão absorver a mão-de-obra excedente do café, que procurará os centros urbanos, sobrecarregando-os de encargos sociais e outros problemas correlatos.

Por outro lado, será o decréscimo da arrecadação do Estado e dos Municípios, e logo nessa situação que exigirá de todos os órgãos do Governo a aplicação de recursos substanciais em outras atividades para buscar o equilíbrio da oferta e procura de trabalho.

Felizmente, o Governo do Estado esteve presente no Paraná, desde o dia do desastre. O Governador Jayme Canet, no mesmo dia em que ocorreu a grande geada, sobrevoou quase todas as áreas mais atingidas, encontrando-se aqui e ali com representantes de classes, autoridades e o próprio povo. A sua ação rápida e pessoal, e o seu conhecimento como agricultor e pecuarista, foram um alento para o povo, que soube reconhecer o interesse e o alto sentido de responsabilidade demonstrados pela sua causa, identificada como a causa do Governo e do Paraná.

O Governo Federal também, a partir dos primeiros noticiários sobre a onda de frio que avançava sobre o Paraná, esteve em contato constante com as autoridades paranaenses, chegando ao local na manhã do dia seguinte, com toda uma equipe apta a avaliar a dimensão dos prejuízos causados e a oferecer as primeiras orientações adequadas para a oportunidade. Durante alguns dias, Governo do Estado, Governo Federal, políticos, associações de classe, prefeitos e povo acompanharam e participaram dos entendimentos, sugestões, estudos e trabalhos destinados ao equacionamento do problema.

O Presidente Geisel, como é do seu feitio, fazia questão de ser informado de tudo e, assim, o povo do Paraná soube dar ao País

uma demonstração eloqüente de serenidade, pela confiança que deposita no Governo, como um Governo que, sem demagogia e sem estardalhaços, saberá dar todo o seu apoio de ordem econômica, financeira e social indispensável à recuperação das riquezas perdidas.

Não há dúvida, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, de que o nosso País já é outro País, com capacidade e organização para se sobrepor mesmo a adversidades, mantendo-se calmo, tranqüilo e confiante no seu governo e no seu povo.

Corri quase todo o Paraná logo após as geadas. Vi todos os cafezais como se fossem pintados de marrom, os seus galhos pendentes e as folhas crestadas dando o seu último adeus à terra boa que os acolheu. Vi os trigais com os seus pendões amarelecendo antes de tempo. Vi o pasto seco e o gado faminto. Mas não vi desespero no homem, que sabe que perdeu muita coisa, mas sabe também que, com o seu trabalho e com o Governo que temos, aos poucos, o verde voltará com novos cafezais, os trigais cobrirão mais áreas de terras e ao povo não faltará trabalho e a alegria voltará à sua casa, pois existe em cada cidadão, bem no seu íntimo, esse sentimento de segurança e confiança no seu próprio destino, identificado no grande destino do País.

O povo do Paraná está, assim, aguardando com toda serenidade as medidas que o Governo do Presidente Geisel saberá tomar em seu apoio. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Edgar Martins.

O SR. EDGAR MARTINS (MDB—SP) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Começam a "roncar" os motores no Autódromo de Brasília. São os pilotos da Fórmula "Super-Vê", criação brasileira em projeção para o automobilismo internacional. A terceira prova do calendário de 1975 desenvolver-se-á domingo, dia 10 de agosto, nesta Capital.

Não venho a esta Tribuna para registrar um acontecimento isolado no cenário esportivo nacional. Mais, muito mais que isto. Registro, Sr. Presidente, um fato digno de figurar nas páginas mais nobres dos compêndios históricos, pois somos um País que pode orgulhar-se de possuir uma categoria sua, *sui generis*, de competição automobilística, cujo regulamento das provas exige sejam os carros inscritos de fabricação exclusivamente nacional, desde a carroçaria ao motor, incluindo peças e acessórios, nada podendo ser importado.

A Fórmula "Super-Vê" brasileira iniciou seu estágio de sucessos em 1974, com onze carros inscritos, realizando provas verdadeiramente sensacionais em Interlagos, Brasília, Goiânia, Cascavel e Tarumã, sem dúvida, centros de maior convergência e interesse do automobilismo esportivo no Brasil.

E agora, na temporada de 1975, são quarenta e seis os automóveis que disputam os prêmios realmente extraordinários, considerando-se o pouco tempo de existência da competição. Todos os pilotos inscritos que conseguem completar, após a "largada", uma volta inteira, participam do prêmio de "largada", num total de Cr\$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros), rateados entre os competidores. Disputadas as duas baterias de cada prova, ao vencedor é atribuído um prêmio em dinheiro de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), percebendo o segundo e o terceiro colocados, respectivamente, sete e cinco mil cruzeiros, sendo pagas importâncias menores aos classificados até o sexto lugar.

Mas não são estes apenas os prêmios. O competidor que conseguir menor marca de tempo em volta, ganha Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros). Importância igual também é atribuída ao vencedor de cada bateria e ao detentor da **pole position**, vencidas as etapas de classificação que antecedem cada prova.

Aspectos singulares ressaltam neste tipo de competição automobilística, sendo a principal delas a exigência de os veículos possuírem sempre a mesma potência e qualidade. Um não podendo ser melhor que outro. Isto é severamente vigiado, conforme o regulamento da prova, podendo a direção da corrida mandar testar cada carro antes e depois da prova, inclusive desmontando cada

"monoposto", como vem acontecendo, sem que qualquer irregularidade tenha sido apurada.

Esta singularidade apontada gera o sensacionalismo das provas e sua maior emoção, porque, sendo os veículos exatamente iguais, estas se decidem de acordo com a qualidade dos pilotos, ressalvadas as incidências naturais deste tipo de esporte — acidentes e defeitos ocasionais das máquinas.

E são vários os pilotos realmente de primeira qualidade na Fórmula "Super-Vê" brasileira, onde ressaltam os nomes de Marcos Troncon, campeão da temporada de 1974, Francisco Lameirão, que vem liderando o atual certame, José Pedro Chateaubriand, Eduardo Celidonio, Mário Pati Junior, Jan Balder, Nelson Piquet, José Renato Capatani, Marivaldo Fernandes, Julio Caio Marques e tantos outros valentes pilotos, entre os quais merece menção especial o esportista Ingo Hoffman, que revelado na Fórmula "Super-Vê", hoje, na Europa, vem disputando as provas da Fórmula III.

Nelson Piquet Souto Maior, corredor de Brasília, foi a grande revelação na Fórmula "Super-Vê" no ano de 1974, sendo cognominado de "o novo Emerson".

Sr. Presidente. Saúdo os pilotos brasileiros da Fórmula "Super-Vê". São homens que fazem de suas qualidades pessoais a qualidade maior da competição honesta e bem fiscalizada que realizam, vencendo etapas de destreza, segurança e equilíbrio, provando que a engenharia automobilística brasileira alcança **status** de um avanço sem precedentes, oferecendo os veículos Kaimann, Heve, Polar, Newcar e Avallone aos pilotos que honram o esporte nacional e o automobilismo em particular.

Começam a "roncar" os motores no Autódromo de Brasília. São os carros nacionais de competição, quase todos equipados com a mais moderna descoberta brasileira em peças e acessórios de veículos, a "Max Motor", Bronzina Anti-Atrito, projetada pelo inventor Agenor Ramos de Oliveira, autor do projeto do "casquilho ovalar".

O casquilho é uma pequena peça aplicada na cabeça da biela, entre esta e o eixo virabrequim, para evitar o atrito entre ambos. Agenor Ramos de Oliveira introduziu uma modificação na geometria do casquilho, de forma a inserir uma carga no eixo de virabrequim, quando o motor está em movimento. As vantagens dessa pequena alteração são sensíveis, segundo Ramos constatou, a saber: desaparecimento total das vibrações, ausência total do choque de ondas sonoras (batidas de pino), possibilidade de o veículo sair até em quarta marcha e funcionamento do motor em baixíssima rotação na marcha lenta (até 350 rotações por minuto); ao desligar a chave de contato o motor pára, mesmo com alta temperatura, sendo certo que a aludida invenção baixa em 20% o índice de poluição produzido pelos carros.

Assim, Sr. Presidente, são os organizadores, pilotos, fabricantes e inventores brasileiros que fazem a festa de Brasília, neste domingo, 10 de agosto, no Fórmula "Super-Vê", o Brasil ensinando ao mundo um novo tipo de velocidade, honesta e competitiva.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (ARENA—GO) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A pena brilhante do jornalista Batista Custódio escreveu mais um magnífico editorial, mais um magistral editorial, publicado esta semana pelo prestigioso jornal **Cinco de Março**, que leio, para que conste dos anis, como grande advertência que o insigne jornalista faz ao povo de Goiás e à opinião pública nacional:

"MATANDO UM MORTO"

Certas pessoas nos honram mais com seus ataques que com seus elogios. (Jales Machado)

Nada engrandece tanto como as agressões que partem de quem já nos reverenciou. Elas evidenciam sempre a reação

dos traumas decorrentes de uma convivência rejeitada. Porque a criatura humana sente-se atraída pelos valores opostos às suas deficiências internas, os covardes necessitando de gravitar em torno do valente, os medíocres procurando o talentoso, os ociosos aproximando-se do dinâmico, os desonestos fascinados pelo honrado. O convívio, entretanto, vai acentuando de tal forma os desníveis entre o homem de valor e os parasitas, que a própria seleção natural da vida se encarrega de separá-los. Então os banidos reagem e sentem a compulsão de destruir os ídolos de outrora quando percebem que perderam o encosto da engorda. Acostumados a desfrutar dos reflexos do prestígio alheio, tais indivíduos nunca atribuem os próprios fracassos a si mesmos, e tentam justificá-los investindo contra o brilho que invejam. Quanto maior a admiração, mais encarniçado se torna o ataque, pelo conflito estabelecido na personalidade do agressor entre o rancor consciente e a veneração subconsciente. Um sentimento mais ou menos assim como o ódio irracional da mulher desprezada pelo homem que perdeu e não consegue esquecer. O que complica um pouco as coisas é quando essa dependência freudiana, e feminina, se manifesta num homem com fixação em outro homem.

Criaturas assim, com tais contornos psicopatas, não precisam de resposta nos insultos que fazem. Precisam de um psiquiatra. À falta deste, o remédio é uma boa surra de código penal. Preferi, assim, atravessar calado a onda histórica de insultos impressos contra minha família, contra mim, contra meus funcionários, contra a empresa que dirijo, sustentada há mais de ano por uma escandalosa publicação contra a qual é tão difícil lutar sem desonra como seria tentar matar um morto. E se hoje rompo novamente o silêncio que me havia imposto até mesmo em respeito aos meus leitores, faço-o demovido pela voz amiga de um velho político que ao final da semana me procurou pelo telefone:

— Batista, ninguém pode deter essa avalanche de lama e de chantagem? Você, que é jornalista, me explique: é permitida tal espécie de imprensa? Que poderei fazer se essa corja atacar amanhã a minha família, sem recorrer à solução do revólver? Estou mesmo preocupado com o rumo que as coisas estão tomando. Preocupado por você. Preocupado por mim. Preocupado por todos.

O deputado está certo em sua perplexidade. Um jornalista assim não pode existir, e se está existindo aqui é porque em Goiás querem que ele exista. Mantém-se inclusive com o incentivo do governo estadual, que o adjutora com publicidade oficial e recentemente até promoveu seu autor como membro do diretório da ARENA goianiense. A opinião pública já dá inclusive os nomes daqueles que o arrimam no governo, utilizando-se dele para exalar seus recalques e ignorando que fatalmente serão suas vítimas no fim.

É a decomposição do ambiente político e até mesmo dos costumes, onde os homens perderam a coerência e a coragem de assumir posições, que possibilita a formação putrefata de excrecências assim, que morreriam asfixiadas em qualquer ambiente sadio. Quanto a mim, mil vezes o expulsaria de novo de meu jornal ainda que mil vezes me expusesse novamente às suas retaliações, tais as indignidades que descobri tardiamente a seu respeito. E me atingem menos suas investivas hoje que os vexames de seu convívio ontem, quase comprometendo o idealismo de uma luta que se levantou do povo em minha juventude. Por isso, estou tranquilo. Sei que um dia as ruas sairão para puni-lo.

Não aceito a polêmica a que me desafiam essas provocações continuadas, porque sei que fazem parte de um esquema para atrair-me ao jornalismo rasteiro onde eu e meus dezesseis anos de campanhas coletivas seríamos nivelados aos que me combatem. Depois, porque entendo que um jornal não

deve ser transformado em porta-voz de questões pessoais. Pelos mais elementares princípios éticos que regem a imprensa no mundo inteiro, jornal é veículo de cultura, de notícias, de pesquisas sociais, de debates políticos, de esclarecimento, de verdade. Quase um serviço de utilidade pública, um jornal não pode ser manipulado, como querem alguns, para satisfazer ímpetos homicidas ou invejas anormais, para promover o deboche público, o escândalo familiar, a exploração das misérias humanas, o apanágio da incultura e da licenciosidade. Nem se permite, em nosso atual estágio de evolução, esse tipo de imprensa cujo único objetivo é decompor pessoas e empresas particulares. Pode até divertir a ralé, mas faz a comunidade adoecer de nojo ao saber que é permitido a marginais apoderar-se de meios de comunicação para denegrir as mais honradas famílias, e qualquer outra pode ser a próxima.

No caso em pauta, temos um empregado demitido que montou uma divulgação de origem e manutenção duvidosas para atingir o ex-patrão, por coincidência este jornal, tradicionalmente temido por sua linha imparcial e desvinculada de quaisquer compromissos com grupos políticos ou econômicos. Custa entender como é que alguém, sem dinheiro, custeie uma publicação caríssima; quase analfabeto, oriente as matérias; covarde, afronte o público. Nem estamos sugerindo que tal jornaleco seja de fato uma ponta de lança governista. Estranhamos é que ele defenda vigorosamente o governo estadual enquanto vai atacando a quem interessa o governo atacar.

E não me perguntem porque o governo estadual, que tanto prega a austeridade e a moralização, aceita um jornalismo torto assim em convívio direto com o Palácio das Esmeraldas.

E não me perguntem porque a ARENA, que sabe da necessidade de renovação em seus métodos para não repetir em 78 a derrota de 74, insiste nas manobras mafiosas elegendo para seu diretório de Goiânia um elemento que acusa publicamente o atual Assessor de Imprensa do Estado de só distribuir propaganda em troca de propinas.

E não me perguntem porque a polícia não dá uma nota esclarecendo logo se esse indivíduo pertence ou não ao seu quadro de agentes, ante tantas denúncias de que ele se apresenta como policial para obter vantagens indevidas.

E não me perguntem porque não me queixo à polícia das vezes em que ele se embriaga nas casas noturnas e grita que sua meta é assassinar-me, exibindo revólveres, a ponto de os que presenciam a cena virem me aconselhar cautela.

E não me perguntem se um ex-foragido da Justiça e da polícia da Guanabara pode vir para Goiás fantasiar-se de mentor da moralidade, ser convidado de honra para as solenidades do governo estadual, sair nas fotos com Sua Excelência, para que quem o conheceu na marginalidade forme daí seu juízo sobre nosso Estado.

E não me perguntem porque os inquéritos instaurados contra ele na polícia ficam paralisados.

E não me perguntem se o governo estadual endossa e incentiva esse tipo de jornalismo. Perguntem ao povo. Porque é o povo quem está dizendo isto.

Ainda recentemente, o **Jornal do Brasil** publicou um editorial advertindo contra o banditismo impresso e inescrupuloso que, lá como aqui, tenta transformar a imprensa em tocaia de interesses individuais. Dizendo do constrangimento que representa para a ética de uma empresa ou de um cidadão responsável ser forçado vir a público responder acusações tão vexatórias quanto improcedentes, o **JB**, sólido nó crédito popular e consolidado no empreendimento editorial, finaliza assim sua advertência:

"Mais lamentável ainda, no entanto, é que comandos da imprensa brasileira estejam entregues a pessoas tão

desqualificadas e inescrupulosas, incapazes de sobreviver sem a complacência ou graças ao temor que infundem, pela capacidade de chantagear, aos tolos e aos seus credores públicos e privados.

Triste situação esta a que chegamos. A impunidade conferiu aos marginais, audácia suficiente para ousarem lançar-se, cegamente, a um ataque incapaz de resistir ao menor exame."

Aos que estão municiando esse tipo de imprensa em Goiás, é aconselhável que desistem enquanto estão pelas costas, porque a Justiça irá a eles dia claro, do lado da frente, quando a verdade retirar a última sombra que os ampara. Não é difícil reconhecê-los. São pessoas ou grupos prejudicados em suas transações ilícitas, denunciados pelo meu jornal nas grilagens de terras, na corrupção administrativa, na espoliação dos humildes, na fraude à fé pública. **O Cinco de Março** não mudou. Evoluiu com os tempos, enquadrando-se nos princípios que regem o moderno jornalismo, mas continua perfilado no mesmo espírito independente e indobrável ao lado das causas justas. Hoje é um jornal somado de experiências e cômico de suas responsabilidades. Os jovens que ontem o fundaram de um ideal, na praça pública, chegaram, uns ao professorado das universidades, outros aos mandatos populares, vários aos comandos representativos ou oficiais, a maioria ao sucesso empresarial e literário. Como em todo complexo humano, houve os que se atrelaram à estagnação e ao retrocesso, sendo afastados para que nossa luta não rolasse no chão. Esse mesmo que me ataca hoje, na honra e na família, bastava que eu o suportasse no jornal, onde ele era também o que mais me bajulava, para não estar atravessando agora pela borra de seu despeito. E eu sabia disso, mas preferi o sacrifício pessoal a interromper uma trajetória que segui pensando em orgulhar meus filhos em sua geração. Combatendo quase quixotesco governos e poderosos, consegui sustentar um jornalismo bravo que nunca se afastou do exclusivo campo das idéias e da política, jamais negando espaço para a voz dos vencidos. Mauro Borges e Otávio Lage, dos que mais ferrenhamente discordei, figuram hoje na galeria de meus amigos. Os combates passaram, leis, sem deixar em nenhum de nós respingos de mágoa.

Os que se amarguram por mim, saibam que presenciam, sem saber, uma das mais dignificantes páginas do **Cinco de Março**. Nada diz melhor da honradez e da pureza de nossos princípios que essa campanha sistemática, meses a meses, sem conseguir levantar um só fato real que envolvesse nosso nome com as coisas que combatemos — um palmo sequer de terras devolutas, uma única nomeação de parentes, uma, apenas uma, barganha financeira. Nada. Nada, a não ser mentiras, injúrias, calúnias e difamações, pelas quais deverão pagar, letra por letra, nos processos que lhes estamos movendo. Por isso não nos aguardem na devolução de acusações levianas e desrespeitosas, nem na troca de ultrajes que ferem o decoro público. Os nomes que compõem nosso expediente e a plêiade de articulistas que colaboram conosco, todos selecionados cuidadosamente no que há de mais limpo na comunidade goiana, dizem claro que nossos rumos são outros, e altos. Nesses anos todos de incessantes lutas, o povo costumou ver o **Cinco de Março** partindo para caminhadas difíceis, em horas de sofrimento ou em momentos de incertezas, mas jamais o viu retornando pelos atalhos da derrota.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Augusto Trein.

O SR. AUGUSTO TREIN (ARENA—RS) (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Muito expressiva para o Estado do Rio Grande do Sul é a data de 7 de agosto, que hoje transcorre, a qual assinala a passagem do 118º aniversário de emancipação política e administrativa de um de seus mais importantes municípios, a bela e progressista cidade universitária de Passo Fundo, a "Capital do Planalto Médio" gaúcho.

Fundada por Joaquim Fagundes dos Reis, Passo Fundo alcançou sua autonomia em 1857, embora o povoamento haja iniciado em 1827. Daquela época até nossos dias, o município desenvolveu-se extraordinariamente, cedendo grande parte de sua área territorial à formação de outras comunidades tais como Marau, Sertão, Ciriaco, David Canabarro, Nonoia e Tapejara.

Hoje, ao completar 118 anos de emancipação, Passo Fundo desponta como uma das mais evoluídas comunas do Rio Grande do Sul, possuindo sua Universidade em franca expansão, Delegacias Regionais de Educação, de Polícia, da Saúde, Agência Regional do INPS, Coordenadoria Regional da Secretaria da Fazenda, Delegacia Regional Agrícola, Delegacias Regionais do Sesi e Sesc, Bispado, Residência do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, Batalhão da Brigada Militar, unidade do Exército Nacional e outras representações dos Governos Federal e Estadual.

Contando à época de seu povoamento com pouco mais de 7 mil habitantes, em que pese a expressiva área territorial, Passo Fundo possui, hoje, uma população de mais de 100 mil pessoas. O eixo de sua economia está fixado na agricultura e pecuária, no comércio e na indústria, devendo considerar, igualmente, o papel preponderante que exercem a Universidade, a Cooperativa Tritícola e organizações comerciais e industriais de elevado porte, muitas com filiais disseminadas em vários lugares do Estado.

Não se pode deixar de referir, no momento em que registramos a efeméride, o trabalho de muitos de seus filhos ilustres, entre os quais podemos nominar Prestes Guimarães, Nicolau de Araújo Vergueiro, Antonio Bittencourt de Azambuja e Francisco Antonio Xavier e Oliveira, os quais, nos mais diversos ramos de atividade, tiveram destacada atuação, emprestando sua contribuição para que o município alcançasse o atual estágio de desenvolvimento.

A par da evolução acentuada que vive a Universidade, agora já dotada de seu Campus Universitário, atraindo para Passo Fundo a sede do Distrito Geoeeducacional 38, o município está empenhado, através de suas lideranças, na implantação do Distrito Industrial, que assentará definitivamente as bases de sua industrialização, formando, com o comércio, agricultura e pecuária, um todo capaz de levá-lo ao mais pleno e almejado desenvolvimento.

No passado, apenas um ponto de pousada e descanso das tropas conduzidas ao centro do País. Hoje, importante entroncamento rodoferroviário, Passo Fundo ainda ocupa, agora de modo mais acentuado, destacado papel neste setor, sendo ligado à Capital e todo o Rio Grande do Sul por modernas rodovias asfaltadas, dentre elas as BRs 493 ("Presidente Kennedy") e 285. O transporte ferroviário, com a construção da EF 491 ("Ferrovia do Trigo" — ex-L 35) que unirá o município com Roca Sales e Porto Alegre, sofrerá importante incremento, em breve, oferecendo transporte barato, seguro e rápido.

Cidade moderna, povo culto e estudioso, Passo Fundo possui elevado número de colégios de todos os graus — públicos e particulares — que preparam para a Universidade, anualmente, milhares de estudantes que ingressam no ensino superior. Sua atuante Academia de Letras, reunindo as mais expressivas figuras do mundo cultural, é um marco por demais expressivo do progresso intelectual de sua gente.

A vida social da cidade aniversariante é das mais movimentadas, oferecendo, juntamente com suas belezas naturais, importantes subsídios para a implantação de uma infra-estrutura turística. O tradicionalismo, muito apreciado em todo o País por aqueles que se interessam na cultura regionalista dos pampas gaúchos, é altamente cultuado e difundido, havendo na cidade cinco Centros de Tradições Gaúchas. O esporte — tanto amador como profissional — também é

muito praticado, possuindo dois clubes em nível de participação no Campeonato Estadual de Futebol.

A imprensa — representada por três jornais e igual número de emissoras de rádio — exerce importante papel na divulgação das realizações de seu povo e no progresso de sua terra, informando, orientando e opinando. Os sindicatos, clubes de serviço e associações de classe igualmente desempenham funções de relevo em Passo Fundo, contribuindo com significativa parcela para o desenvolvimento do município.

Ao falar no Passo Fundo de hoje, não podemos deixar de remontar ao passado, mesmo que rapidamente, para prestar a nossa homenagem aos homens destemidos que edificaram as bases sobre as quais estão assentadas as conquistas de nossos dias. E ao falarmos nos desbravadores, somos levados a nominar o Capitão Manuel José das Neves, o Cabo Neves, que contribuiu, de modo tão importante quanto o próprio fundador Joaquim Fagundes dos Reis, para a colonização e povoamento do Passo Fundo de outrora.

Outros vultos que integram a história do município merecem citações, entre eles Manoel José de Araújo, Antônio de Mascarenhas Camello Júnior, Manoel da Cruz Xavier, José Joaquim de Oliveira, Antônio Ferreira de Mello Pinheiro e José Ignácio do Canto Landim, que formaram a primeira Câmara Municipal, em 1857, juntamente com o fundador Joaquim Fagundes dos Reis.

Uma referência deve ser feita aos pioneiros da lavoura de trigo nos campos, cultura que mesmo sofrendo os percalços de adaptação sempre constituiu uma tradição. Se nos idos de 1858 a Câmara Municipal registrava o plantio de 1600 litros daquele cereal, hoje, após a lavoura pioneira de Mário Goelzer nos campos do Butiá, Passo Fundo apresenta uma das maiores produções de trigo e soja do Estado, embasada em moderna tecnologia agrícola, ao ponto de ter merecido a sede do Centro Nacional de Pesquisa do Trigo.

O elemento estrangeiro igualmente emprestou sua contribuição à formação e desenvolvimento de Passo Fundo, para onde afluíram, no início do povoamento, italianos, alemães, portugueses, austriacos, franceses, ingleses, uruguaios, paraguaios, americanos e espanhóis. O primeiro casal estrangeiro a chegar ao município que surgia foi Adão Schell-Ana Christina Hein Schell.

Sua área territorial, como já referimos, era por demais ampla. O historiador Antonio Xavier e Oliveira, em sua obra "O Município de Passo Fundo Através do Tempo" elaborada em 1937, nos informa: "Resulta que a primitiva área do Município encerra hoje, além dos remanescentes dele, os de Soledade, Erechim e Carazinho; extensas partes do de Cruz Alta, Guaporé e Iraí, e, ainda, os de Encantado e Jacuí, desdobrados do de Soledade, e o de Getúlio Vargas, em parte maior do de Erechim." Como bem acentuava Antônio Xavier, Passo Fundo foi, pois, madre fecunda de vários municípios.

Resta lembrar, por fim, que as reduções jesuíticas plantadas em solo de Passo Fundo também ajudaram na colonização e desenvolvimento da comunidade que surgia, como nos informa o saudoso jornalista, historiador e escritor Jorge Edeth Cafruni, em sua extensa e apreciada obra "Passo Fundo das Missões".

Aliando-me ao momento festivo que vive o povo de Passo Fundo, que tenho a honra de representar neste Parlamento, estou a requerer, nos termos do art. 129, XVIII do Regimento Interno, um voto de congratulação pelo transcurso da efeméride.

Solicito que da decisão sejam cientificados os Srs. Prefeito Municipal e Presidente da Câmara de Vereadores. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antunes de Oliveira.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA (MDB—AM) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O projeto Aripuanã — incluindo a Cidade Humboldt — é um dos meus antigos sonhos. Como brasileiro, como amazônida, sonhava acordado, falando a meus filhos, pequeninos e pequenos, em torno da mesa, após as refeições, ou na sala-de-estar. Pensei, falei de cidades pioneiras, de pouca população (cem mil habitantes, por

exemplo), separadas, uma da outra, por gleba imensa de floresta e água. Cidades de vários tipos, de vários aspectos, como cidades-modelos, cidades pioneiras, cidades de alta saúde, de alta instrução, de alta educação, de alta ciência, de alto patriotismo, de alta fraternidade, de alto senso espiritual, cidades teocêntricas ou cristocêntricas, cidades onde a vida e a defesa da pessoa humana sejam a tese estudada, aceita e praticada. Cidades onde o preconceito seja inexistente. Entre tais cidades surge, em meus sonhos, a cidade de pesquisas, em todos os setores da vivência humana-brasileira, cidade de pesquisas, dentro das mais altas conquistas das Ciências, das Artes e da Fé Cristã.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais, nobres Congressistas brasileiros.

Quando surgiu o Projeto Aripuanã; quando surgiram os primeiros trabalhos no levantamento da Cidade Humboldt, entendi que um dos meus sonhos se ia realizar.

Ultimamente, surgiram notícias tristes quanto à vida e à continuação da Cidade Humboldt. Urge se tomem medidas para que o projeto prossiga. Não aceitamos as desculpas dos que não estão cumprindo a alta missão de estabelecer a cidade das pesquisas científicas que servirão à Amazônia, ao Brasil e ao Mundo.

Congratulo-me com **O Estado de S. Paulo**, de 5 de agosto de 1975, quando escreve sobre o Projeto Aripuanã e a Cidade Humboldt. Faço minhas as idéias principais do artigo, que descrevo nesta minha rápida parlenda:

LEVIANDADE E INCOMPETÊNCIA EM ARIPUANÃ

Embora o Ministério do Interior e o Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica tenham tomado providências urgentes visando esclarecer e normalizar a situação dos funcionários ligados ao Projeto Aripuanã, ficou patente a leviandade e a incompetência demonstradas por algumas altas autoridades no trato dessa importante questão ligada à nossa incipiente pesquisa. Não é possível adjetivar de outra maneira o modo de agir dos membros da administração federal que deixaram de pagar vencimentos, no decorrer de sete meses, a dezenas de homens isolados na selva, ao mesmo tempo em que permitiam que se desorganizasse completamente o programa de trabalhos na cidade Humboldt, onde se procurava encontrar as melhores oportunidades para explorações dos recursos naturais da Amazônia.

Alguns técnicos ligados ao Projeto Aripuanã atribuem os lamentáveis desacertos observados na respectiva área "à filosofia anterior, até certo ponto fantasiosa, que redundava em custos altíssimos e poucos resultados práticos", outros assinalam que os episódios que recentemente comoveram a opinião pública nacional se originaram de "diversos problemas de ordem técnico-contábil", que acabaram por criar grandes dificuldades no processo de encampação da útil iniciativa pelo Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica. Seja qual for a razão do malogro, porém, não é possível deixar de responsabilizar essas autoridades, que hoje se desculpam de uma ou de outra maneira, procurando fugir às críticas que lhes fazem não apenas ponderáveis setores da opinião pública mas também alguns membros do próprio governo, inconformados com as demonstrações de pouco caso dadas pelos que se encarregavam de levar avante o Projeto Aripuanã.

Além disso, não pode passar despercebida a atitude pouco amistosa do superintendente de implantação de projetos do Conselho Nacional de Pesquisa, Sr. Mauro Amorelli, que chegou a ameaçar suspender a viagem que faria à cidade Humboldt — com o objetivo de pagar funcionários que não recebem seus salários há sete meses — caso os jornalistas insistissem em acompanhá-lo. Compreende-se perfeitamente os temores desse funcionário público, pois muitas das

ocorrências altamente desabonadoras para o Governo Federal, para o Ministério do Interior e para o próprio Conselho Nacional de Pesquisa que se verificam no Projeto Aripuanã decorrem de sua falta de sensibilidade para com as diretrizes emanadas das mais altas autoridades, que recomendam como condições de êxito para qualquer missão importante e assiduidade e o empenho que faltaram a esse técnico nos seus contatos com a Universidade Federal de Mato Grosso.

Surge agora a pergunta: o que fazer na cidade Humboldt? Que rumos seguir?

Em primeiro lugar, é preciso definir qual será a entidade que ficará responsável pela orientação e pela sustentação do projeto. Tudo indica que caberá ao Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica levar avante o louvável empreendimento, mas desde logo é preciso arguir os dirigentes desse órgão a propósito das disponibilidades orçamentárias para que esse compromisso possa ser assumido. Não é possível concordar com a aceitação de pesados encargos sem a identificação dos respectivos suportes financeiros.

Em segundo lugar, não convém alterar a linha até aqui seguida pelos que pretendiam desenvolver pesquisas de cunho científico na área do Projeto Aripuanã, pelo menos até que estas tenham permitido chegar a conclusões claras a propósito de como aproveitar os recursos naturais da floresta Amazônica. A respeito desse aspecto do problema, acrescenta-se que não é possível ver com bons olhos as iniciativas preconizadas por alguns técnicos no sentido de que a madeira de uma vasta área seja explorada, de molde a se obterem na região vastas pastagens. Nada deve ser feito antes que a cidade Humboldt cumpra a sua finalidade pioneira de reduto científico, onde especialistas em vários setores da medicina, da biologia, da arquitetura e da engenharia buscarão definir a maneira racional de aproveitar a floresta.

Finalmente, diríamos que em todo o País se criou um consenso em torno da necessidade de levar avante o Projeto Aripuanã, que dessa forma passará a servir de pedra de toque para demonstrar os propósitos do Governo Federal no campo da pesquisa e da ocupação de nossas áreas virgens.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Está findo o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Nos termos do § 3º do art. 47 da Constituição, foram encaminhadas à Presidência as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, 24 e 26, de 1975.

Com vistas à leitura das matérias e demais providências necessárias à tramitação das propostas, convoco sessão conjunta a realizar-se amanhã, às onze horas, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão foi convocada para discussão e votação das partes vetadas do Projeto de Lei nº 2, de 1975—CN, que extingue as contribuições sobre benefícios da Previdência Social e a suspensão da aposentadoria por motivo de retorno à atividade, e dá outras providências.

Incide o veto sobre os seguintes dispositivos do referido Projeto de Lei:

- I) Parágrafo único do art. 1º; e
- II) § 1º do art. 2º

Nos termos do art. 38 do Regimento Comum, cada orador poderá discutir a matéria pelo prazo máximo de vinte minutos.

Em discussão as partes vetadas.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB—PB) (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, cumpro o dever indeclinável de assomar à tribuna do Congresso Nacional para tecer ligeiras considerações a respeito do veto que o Sr. Presidente da República após a alguns dispositivos do Projeto de Lei nº 2/75—CN, enviado por S. Exª ao Congresso Nacional, no sentido de “extinguir contribuições sobre benefícios da Previdência Social e de suspender proventos da aposentadoria por motivo de retorno à atividade”.

Na sua tramitação tive, com o apoio dos nobres pares do Congresso Nacional, o prazer de ver aprovada emenda de minha autoria, que se consubstanciou no parágrafo único do art. 1º, da redação final da referida proposição, nos seguintes termos:

“Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, também, às contribuições sobre aposentadorias, pensões e nas licenças para tratamento de saúde mantidas pelas demais entidades de previdência social.”

O Senhor Presidente da República só havia se referido, no seu projeto, aos aposentados do Instituto Nacional da Previdência Social, quando sabemos que um número bem maior de aposentados desconta para as outras instituições de previdência social, no Brasil, que não o INPS, como é o caso do IPASE, do SASSE etc., a nível federal, estadual e municipal, eis que ao legislarmos, naquele particular, estávamos atentos ao dispositivo constitucional que estabelece competir à União legislar sobre normas de previdência social.

O dispositivo que conseguimos introduzir na proposição aprovada pelo Congresso Nacional e ora vetado pelo Senhor Presidente da República, portanto, não abrangia apenas os aposentados pela Previdência Social, no plano federal, mas também nos planos estadual e municipal.

Para essa vitória parlamentar, contamos, inclusive, com a colaboração e o apoio da Liderança do próprio Governo, nas duas Casas do Congresso Nacional, já que foi feito um acordo entre os Líderes, para se admitir, na redação final, a inclusão já, mencionado dispositivo.

Vem, agora, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República e veta o parágrafo único do art. 1º, que consubstanciou a minha emenda, sob a alegação de que, por um lado, no tocante ao IPASE, seria uma sobrecarga por demais para o Tesouro nacional e por outro, com referência às aposentadorias mantidas pelo SASSE, tratar-se-ia de “fonte de receita expressiva, imprescindível ao cumprimento das finalidades da entidade em razão das características da sua estrutura técnico-atuarial diferente das que lastreiam o regime da previdência social.”

Ora, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no exato momento em que o Senhor Presidente da República, o honrado General Ernesto Geisel, faz veemente pronunciamento à Nação, dando dimensão mais ampla a sua política de distensão para que ela não se situe apenas, preponderantemente, no plano político mas também nos planos econômico e social, vamos ajudar a política de distensão social do Senhor Presidente da República, começando por derrubar o veto parcial de Sua Excelência a esse projeto de lei, a fim de que não apenas os aposentados do INPS mas, também, todos os aposentados que descontam para as demais instituições de previdência no plano federal, estadual e municipal venham a ser contemplados pela política social do Governo, no sentido de livrá-lo dessa sobrecarga no seu orçamento mensal.

É, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, uma questão eminentemente constitucional e jurídica, porque o veto, *data venia*, fere, inclusive, o princípio de equidade, o princípio de isonomia, segundo o qual “todos são iguais perante a lei”.

Por isso, não vejo como queira o Senhor Presidente da República que um aposentado do INPS, que hoje não se situa apenas na

esfera privada, mas também na esfera pública, seja contemplado por esta lei, enquanto o funcionário público estadual, os economiários, os servidores públicos estaduais e municipais, e pessoas de outras categorias, da área civil ou militar, fiquem prejudicados

Com estas considerações, faço um apelo veemente aos meus companheiros do Congresso Nacional, que se deram as mãos para apoiar o dispositivo vetado, para que possamos manter a decisão soberana do Congresso Nacional, fazendo sentir ao Senhor Presidente da República que o Poder Legislativo embora com voto a descoberto, já que até nisso a Carta Outorgada de 1969 inovou, retraindo do Congresso Nacional a atribuição de examinar os vetos presidenciais através do voto secreto — se afirma fazendo valer a sua decisão anterior, mantendo o dispositivo vetado pelo Senhor Presidente da República.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB—SP) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O veto proposto pelo Senhor Presidente da República, ao § primeiro, do art. 2º do projeto, representa, a nosso ver, a negação de um princípio de rigorosa justiça.

Trata-se, Srs. Congressistas, da situação do aposentado que voltar a trabalhar. Ele pode fazê-lo e passa a contribuir com 8% para o Instituto de Previdência; a empresa contribui, também, com 8%.

Se ele deixar de trabalhar — estabelece a lei — terá direito a receber aquelas contribuições que efetuou, acrescidas de juros e correção monetária. Mas, o projeto do Governo, emendado por nós, e aprovado pela Casa, estabelecia que a devolução não pode limitar-se à contribuição efetuada pelo empregado, mas deve estender-se, também, à parte da contribuição efetuada pela empresa. Ele deve receber, não os 8%, que foram a sua parte, mas, também, a parte depositada pela empresa, porque a finalidade daquele depósito, daquela contribuição, só tem um sentido: é uma contribuição para a previdência social; e para a previdência social de quem? Daquele empregado!

Com o veto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, passa a existir uma fonte, eu diria, ilícita, porque o INPS passa a ter como contribuição para a sua caixa comum, aquela contribuição feita pela empresa, em nome do empregado.

Não há razões que possam justificar essa situação. Se a contribuição da empresa e do empregado é para a Previdência Social, na hora em que o empregado tem o direito de receber o benefício da previdência social, não se compreende que ele o receba apenas pela metade.

A que título o INPS vai receber aquela contribuição da empresa? A empresa deposita para o empregado; e o INPS não vai pagar ao empregado, vai tomar essa arrecadação, como uma fonte subsidiária para aumento dos seus recursos. Esta, na sua simplicidade, a situação do veto que acaba de ser apresentado pelo Senhor Presidente da República, neste caso

Pensamos, Srs. Congressistas, que se for examinado o caso na sua objetividade, ninguém poderá concordar com este veto, porque ele representa a desnaturação da Previdência Social.

A contribuição da empresa é destinada à Previdência Social do empregado. Fazer com que o INPS retenha para si esta parte é alterar, adulterar — digo melhor — a finalidade da contribuição.

Quero mencionar que há outras situações semelhantes de devolução das contribuições, e a devolução é feita sempre em dobro.

Ao fundamentar o veto, o Senhor Presidente da República declara que a expressão **devolução em dobro** pode levar a uma interpretação de que se trata de devolução em quádruplo, porque seria em dobro a contribuição do empregado e do empregador. Mas, evidentemente, essa interpretação seria absurda; não encontra similar na Previdência Social. Todas as vezes que se fala em

devolução em dobro, na própria Lei Orgânica da Previdência Social, o que se entende é a devolução da contribuição do empregado e do empregador. E aliás, o texto também só autoriza essa interpretação.

Por essas razões, Sr. Presidente, e Srs. Senadores, Srs. Deputados, temos a certeza, diante da limpidez dessa situação, diante da iniquidade que significa retirar uma contribuição depositada em favor do empregado, e suprimir essa contribuição, para tomá-la como fonte de receita comum da Previdência Social, representa violação dos princípios gerais da Previdência Social. É praticar uma injustiça da maior gravidade contra aquele empregado que contribuiu, trabalhou e tem direito de receber, pelo menos, aquela importância que foi objeto da sua contribuição e da empresa, em seu nome.

Por estas razões de Direito e de Justiça e de invocação do sistema geral da Previdência Social, temos a certeza de que o Congresso Nacional não acolherá o veto que acaba de ser apresentado pelo Senhor Presidente da República.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah) — Tem a palavra o nobre Deputado Prisco Viana.

O SR. PRISCO VIANA (ARENA—BA) (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Venho à tribuna fazer breves considerações a respeito do projeto, na condição de seu Relator na Comissão Mista e, também, na condição de Relator do veto encaminhado à nossa apreciação pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

O veto, como já esclarecido pelos oradores que me antecederam na tribuna, incidiu sobre dois dispositivos do projeto aqui aprovado. o parágrafo único do art. 1º e o § 1º do art. 2º.

O veto número 1 incidiu sobre o art. 1º, que diz o seguinte.

“A extinção a que se refere este artigo aplica-se, também, às contribuições sobre aposentadorias, pensões, e nas licenças para tratamento de saúde mantidas pelas demais entidades de previdência social.”.

Sr. Presidente, o veto se fez exatamente porque se buscou, através do texto aprovado, dar um tratamento igual para regimes previdenciários diferenciados.

Em verdade, vamos verificar, e isto ficou esclarecido no parecer a que aludi, que há, do ponto de vista dos cálculos atuariais, regimes inteiramente diversos. E quando aqui se invoca o princípio da isonomia, deveremos dizer também que talvez a aplicação desse princípio não conviesse aos contribuintes da Previdência oficial, isto é, do IPASE, porque enquanto a aposentadoria dos que contribuem para o IPASE é paga com recursos do Tesouro Nacional, a aposentadoria dos que contribuem para o INPS é paga com recursos do próprio empregador. Não acredito que desejassem os funcionários públicos, os contribuintes do IPASE, ter o tratamento que é dado aos que contribuem para o INPS.

Em referência ao segundo veto, ele incidiu sobre o parágrafo 1º do art. 2º, que diz o seguinte.

“II — § 1º do art. 2º:

“Afastando-se de nova atividade, terá o segurado direito a um pecúlio, equivalente ao dobro das contribuições realizadas, acrescido de correção monetária e juros de 4% (quatro por cento) ao ano, sem direito a outras prestações, exceto o salário-família e os serviços.”.

O Senhor Presidente da República, na justificativa do veto, chamou a atenção para o seguinte aspecto do dispositivo aprovado no Congresso Nacional. o de que, obedecido o que aqui está expresso, teríamos, não o dobro, mas quatro vezes o valor das contribuições. E me parece que é fácil verificar isso pela redação dada ao artigo, que diz. “O segurado terá direito a um pecúlio equivalente ao dobro das contribuições realizadas”, isto é, ao dobro da contribuição do empregado e ao dobro da contribuição do empregador, o que

equivaleria, não ao dobro, mas ao quádruplo do valor das contribuições realizadas.

Acredito, Sr. Presidente, que tendo a matéria sido debatida exaustivamente nesta Casa, por ocasião da votação do projeto, e estando o veto realmente fundamentado com bastante clareza, posso dispensar-me de outras considerações, ficando naquelas que acabo de expender diante de V. Ex^a e dos nobres Congressistas.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah) — Não há mais oradores inscritos.

Está encerrada a discussão.

Encerrada a discussão, passa-se à votação.

O Sr. Cantídio Sampaio (São Paulo) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah) — Tem a palavra o nobre Deputado Cantídio Sampaio, para encaminhar a votação.

O SR. CANTÍDIO SAMPAIO (ARENA—SP) (Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O ilustre Deputado Prisco Viana, Relator da matéria, deixou absolutamente clara a posição do Governo, no que diz respeito a este veto.

Aliás, quanto ao parágrafo único do art. 1º, pelo menos da parte do ilustre Senador Franco Montoro, não ouvimos nenhuma objeção ao veto porque, na realidade, o argumento de que se socorre o Executivo para apó-lo é mais do que terminante, pois tanto o SASSE, como o IPASE, têm regimes atuariais absolutamente diversos do INPS. Portanto, invocar identidade entre três entidades absolutamente diversas em suas constituições e em seus regimes, é realmente, Sr. Presidente, inverter a ordem das coisas.

No que diz respeito ao parágrafo 1º do art. 2º, as razões invocadas pelo Governo, e ratificadas pelo ilustre Relator Prisco Viana, também parecem-me irrecoríveis. Sabemos bem, Sr. Presidente, que os 8% patronais serão aplicados nas despesas gerais do INPS; e de certa maneira, vêm em socorro do que dispõe o parágrafo único, do art. 165, da Constituição, porque a devolução ao trabalhador do direito de, retornando à atividade, perceber integralmente a sua aposentadoria acarreta um ônus ao INPS, em relação ao disposto na lei revogada.

Ora, Sr. Presidente, para reestabelecer o equilíbrio entre a despesa e a receita, na forma por que dispõe o art. 165, parágrafo único da Constituição, são necessários recursos, e esses 8% servirão para contrabalançar as despesas que, destarte, acarretam o tesouro do INPS.

E ademais, Sr. Presidente, parece-me de uma clareza meridiana que o dispositivo decorrente da emenda contém uma forma absolutamente equívoca, que diz exatamente o inverso do que se pretende.

Quando, Sr. Presidente, o § 1º do art. 2º atribui ao trabalhador que se afasta da nova atividade o direito a um pecúlio equivalente ao dobro das contribuições realizadas, parece-me que não há como discutir que esse dobro das contribuições realizadas corresponde ao quádruplo da contribuição do trabalhador, porque se as contribuições realizadas são a do trabalhador e a do patrão, evidentemente, o dobro dessas contribuições é o quádruplo de qualquer uma delas. Este defeito de redação, além das razões essenciais do veto, torna o § 1º do art. 2º, absolutamente impraticável, porque diz muito mais do que se pretendeu atribuir ao trabalhador.

Sr. Presidente, todos sabemos que o Senhor Presidente da República já tomou as devidas cautelas para que o projeto original seja restabelecido, no que tange ao § 1º do art. 2º, em sua integridade. Há uma mensagem em curso, no Congresso, devolvendo ao trabalhador que retorna à atividade o direito de perceber os 8% com que contribuiu mais correção monetária e juros. Nesse mesmo projeto, Sr. Presidente, faculta-se ao trabalhador que inicia atividade depois dos 60 anos, que se torne segurado depois dessa idade, além do que, por decreto, lhe foi deferido, mais o auxílio-funeral.

Creio, Sr. Presidente, que essas razões são bastantes para orientar esta Casa na adoção do veto do Senhor Presidente da República, pelas razões alinhadas pelo Executivo e que me parecem absolutamente coincidentes com o que esta Casa tem por norma, isto é, legislar absolutamente na consonância do interesse público. (Muito bem!)

O Sr. Figueiredo Correia — Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah) — Tem a palavra o nobre Deputado Figueiredo Correia.

O SR. FIGUEIREDO CORREIA (MDB—CE) (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Movimento Democrático Brasileiro já expressou seu pensamento em recentes pronunciamentos, quando da discussão da matéria, através das palavras do Deputado Humberto Lucena e do Senador Franco Montoro.

Dispensado eu seria, já agora, de mostrar as razões que nos levam a ter posicionamento diferente daquele que vem de assumir o nobre Líder da Maioria.

É que, Sr. Presidente, a nós não convalesce a afirmação sustentada pelo Executivo, no que tange ao veto ao parágrafo único do art. 1º, que objetiva ampliar o campo de incidência da regra extintiva de contribuição.

Segundo expuseram, ainda há pouco, os nobres representantes da nossa agremiação política, o que desejamos é uniformizar os preceitos, o que desejamos é estabelecer um tratamento de igualdade, uma norma de equidade que a emenda vetada estabeleceu, e que nós, agora, sustentamos.

Relativamente ao segundo veto, ao § 1º do art. 2º, afirma o Executivo que o projeto previa que o pecúlio seria constituído apenas das contribuições do segurado, sem as do empregador, acrescido de correção monetária e de juros de 4%.

Ora, Sr. Presidente, mesmo não aceitando a matéria aprovada pelo Congresso Nacional, o Senhor Presidente da República, na Mensagem enviada a esta Casa, e dando as razões do seu veto, afirma que proposição destinada a instituir o pecúlio, em consonância com a preocupação manifestada, será objeto de Mensagem que, em seguida, submeterá à apreciação do Congresso Nacional.

Evidencia-se, à vista da afirmação do Chefe do Poder Público, que é Sua Excelência, mesmo quem reconhece a procedência da matéria, adentrada à sua Mensagem anteriormente votada por esta Casa.

Ademais, Sr. Presidente, ressalta tão alta importância do tema que o Senhor Presidente da República, antes mesmo de ser apreciado o seu veto, já fez chegar a esta Casa matéria que disciplina o assunto.

É de se estranhar venha ao conhecimento nosso assunto pertinente a outra matéria ainda não julgada por esta Casa. Este fato, por si só, evidencia a procedência da matéria votada pelo Legislativo.

Por isso, Sr. Presidente, é que a Bancada do Movimento Democrático Brasileiro inaceita o veto e mantém o projeto. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah) — Passa-se à votação.

A Presidência esclarece que, de acordo com o disposto no art. 44, parágrafo único, combinado com o art. 107 do Regimento Comum, a votação far-se-á pelo processo nominal, sendo objeto de deliberação a matéria vetada.

Considerar-se-á aprovada a parte vetada se alcançar o voto favorável de 2/3 dos membros de cada uma das Casas do Congresso.

Em votação a parte vetada referente ao parágrafo único do art. 1º do projeto.

O Sr. Laerte Vieira — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah) — Com a palavra V. Ex^a para uma questão de ordem.

O SR. LAERTE VIEIRA (MDB—SC) (Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, uma vez que a posição anunciada pelas duas Lideranças — a da Maioria aceitando o veto e rejeitando o projeto, e a da Minoria, em posição contrária — solicito a V. Ex.^a que o veto seja apreciado em votação única. Não há necessidade de distribuição dos dois dispositivos, porque as posições são iguais nas duas matérias. Seria feita uma só chamada. Os que rejeitam o veto, aprovam o projeto, como nós, votarão **sim**; os que estão em posição contrária, votarão **não**. Mas a apreciação do veto se fará para os dois dispositivos.

O Sr. Cantídio Sampaio — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cantídio Sampaio, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah) — Estando as Lideranças de acordo, a votação far-se-á globalmente dos dispositivos vetados.

Em votação as partes vetadas referentes ao parágrafo único do art. 1.^o e § 1.^o do art. 2.^o do projeto.

Solicito o comparecimento dos Srs. Deputados Pinheiro Machado e Ubaldo Barém, a fim de procederem à chamada na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que votarem “SIM” estarão aprovando os dispositivos vetados, rejeitando, portanto, o veto.

Os Srs. Deputados que votarem “NÃO” estarão rejeitando os dispositivos vetados, aprovando, portanto, o veto.

Vai-se proceder à chamada dos Srs. Deputados, que se iniciará de Sul para Norte, sendo os Líderes chamados em primeiro lugar.

Procede-se à chamada

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM “NÃO” OS SRS. DEPUTADOS: Cantídio Sampaio — Líder da ARENA.

Acre

Nosser Almeida — ARENA.

Amazonas

Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jorge Arbage — ARENA; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Eurico Ribeiro — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Ulisses Potiguar — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Maurício Leite — ARENA; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Valério Rodrigues — ARENA.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; Theobaldo Barbosa — ARENA.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Odolfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Vieira Lima — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Álvaro Valle — ARENA; Célio Borja — ARENA; Darcílio Ayres — ARENA; Dado Coimbra — ARENA; Flexa Ribeiro — ARENA; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Osmar Leitão — ARENA.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Melo Freire — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Paulino Cicero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Sinval Boaventura — ARENA.

São Paulo

A. H. Cunha Bueno — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Blotta Junior — ARENA; Diogo Nomura — ARENA; Faria Lima — ARENA; Gioia Junior — ARENA; Ivahir Garcia — ARENA; João Pedro — ARENA.

Goiás

Ary Valadão — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Jarmund Nasser — ARENA; José de Assis — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Ari Kffuri — ARENA; Cleverton Teixeira — ARENA; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Norton Macêdo — ARENA; Santos Filho — ARENA.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Aroldo de Carvalho — ARENA; Henrique Córdova — ARENA; João Linhares — ARENA; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alexandre Machado — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Fernando Gonçalves — ARENA; Lauro Leitão — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM SIM OS SRS. DEPUTADOS: Laerte Vieira — Líder do MDB

Acre

Nabor Júnior — MDB; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB.

Pará

Jader Barbalho — MDB.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB.

Piauí

Celso Barros — MDB.

Ceará

Antonio Moraes — MDB; Figueiredo Correia — MDB; Paes de Andrade — MDB.

Rio Grande do Norte

Francisco Rocha — MDB; Pedro Lucena — MDB.

Paraíba

Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Otacílio Queiroz — MDB.

Pernambuco

Fernando Lyra — MDB; Jarbas Vasconcelos — MDB; Sérgio Murillo — MDB.

Alagoas

José Costa — MDB; Vinicius Cansção — MDB.

Sergipe

José Carlos Teixeira — ARENA.

Bahia

Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Mário Moreira — MDB.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Daniel Silva — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; Lysâneas Maciel — MDB; Oswaldo Lima — MDB; Peixoto Filho — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonsêca — MDB; Jorge Ferraz — MDB; Juarez Batista — MDB; Marcos Tito — MDB; Nelson Thibau — MDB; Padre Nobre — MDB; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Athiê Coury — MDB; Edgar Martins — MDB; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Israel Dias-Novae — MDB; João Cunha — MDB; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Marcelo Gato — MDB; Odemir Furlan — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santilo — MDB; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Iturival Nascimento — MDB; Juarez Bernardes — MDB.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Fernando Gama — MDB; Gamaliel Galvão — MDB; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Ernesto de Marco — MDB; Jaison Barreto — MDB; José Thomé — MDB; Luiz Henrique — MDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Fagundes — MDB; Aluizio Paraguassu — MDB; Amaury Müller — MDB; Carlos Santos — MDB; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Ueque — MDB; José Mandelli — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Nadyr Rossetti — MDB; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB.

O SR. PRESIDENTE (Benjamin Farah) — Votaram "SIM" 98 Srs. Deputados; "NÃO" 165.

Rejeitados os dispositivos vetados.

Rejeitadas as partes vetadas na Câmara dos Deputados, não serão estas submetidas ao Senado, ficando, assim, mantido o veto presidencial.

A Presidência determinará as providências necessárias no sentido de ser comunicado o resultado da votação ao Senhor Presidente da República.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 15 minutos)

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50